



**CEJA - CENTRO DE EDUCAÇÃO
DE JOVENS E ADULTOS**



PPP

**Projeto Político Pedagógico
2025**

SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO



ANGUERA
PREFEITURA MUNICIPAL
Mais Trabalho, Mais Conquistas!







PPP

Projeto Político Pedagógico
2025

COORDENAÇÃO EDITORIAL E REVISÃO:
Carlos Raimundo Oliveira Cerqueira Neto

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:
GESTÃO ESCOLAR:
Maria da Conceição Santana Carvalho

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA:
Adenilza de Oliveira Freitas

PROFESSORES (A):
Ângela Maria Pereira Souza Dias

DESIGN GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:
Anderson Cerqueira

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:
Renan Iury Mendes Brito

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1. PERFIL IDENTITÁRIO

1.1.1. Função social: Missão, Visão e Valores

1.1.2. Características e finalidades

1.2. LINHA DO TEMPO: A HISTÓRIA INSTITUCIONAL

2. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

2.1. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL DE SER HUMANO, SOCIEDADE E CULTURA

2.2. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL, ESCOLA E ENSINO

2.3. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E TRABALHO

2.4. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

2.5. CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

2.6. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

2.6.1. A pesquisa como Princípio Pedagógico

2.6.2. O Trabalho como Princípio Educativo

2.6.3. O respeito à diversidade

3. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

3.1. O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

3.2. TENDÊNCIA PEDAGÓGICAS INSPIRADORAS

3.3. A AVALIAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM

3.4. RECOMPOSIÇÃO DE APRENDIZAGEM

3.5. OS TEMAS INTEGRADORES

3.6. ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC'S)

3.7. PERFIS ESPERADOS DO PROFESSOR E DO ALUNO

4. ETAPAS DO ENSINO

4.1. ENSINO FUNDAMENTAL

4.1.1. Anos Iniciais

4.1.2. Anos Finais

5. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

5.1. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

5.2. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

5.3. A POLÍTICA DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

5.4. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

5.5. A POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES

5.6. A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO ESCOLA/FAMÍLIA E ESCOLA/COMUNIDADE

5.8. POLÍTICA DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICAS RACIAIS

5.9. POLÍTICA DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA



6. INTERAÇÃO ENTRE O PPP E REGIMENTO ESCOLAR UNIFICADO

6.1 DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO

7. INTERAÇÃO ENTRE O PPP E REGIMENTO ESCOLAR UNIFICADO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS





INO DO MUNICÍPIO DE ANGUERA

Anguera, avanças diariamente,
Com a experiência dos velhos,
Com a vitalidade dos jovens,
Com a união envolvente.

Salve os filhos queridos,
Que nesta terra nasceram!
Salve os bons imigrantes,
Que muito a desenvolveram.

Salve, salve, salve,
Anguera tradicional!
Salve, salve, salve,
A Bandeira Municipal!

Tua hospitalidade,
Teus verdes e lindos campos,
Têm a bênção da Padroeira,
Que os envolve em suave manto!

Construída por braços fortes,
Preservada por espíritos sadios,
Te amaremos até a morte,
Anguera querida do nosso Brasil!

Um belo azul te cerca
No alto céu, azul anil,
Tu és independente,
De espírito varonil!

Letra por Gessé Souza Silva e Rodrigues Silva

Melodia por Bernanrdo da Silva

APRESENTAÇÃO

A história da Educação de Jovens e Adultos é, antes de tudo, a história de recomeços. O Centro Educacional de Jovens e Adultos (CEJA) nasce e se fortalece justamente nesse território de encontros entre trajetórias de vida marcadas por desafios, interrupções e também por coragem. Cada estudante que atravessa os portões da escola carrega consigo uma história única: jovens que precisaram adiar os estudos para trabalhar, adultos que assumiram responsabilidades familiares muito cedo, e idosos que, mesmo após tantos anos, mantêm viva a vontade de aprender, de compreender o mundo e de se reconhecer nele.

No cotidiano da EJA, a escola deixa de ser apenas um espaço de transmissão de conteúdos e passa a se constituir como um lugar de acolhimento, respeito e valorização das experiências de vida. Os saberes construídos ao longo da caminhada de cada estudante no trabalho, na família, na comunidade passam a dialogar com os conhecimentos escolares, criando um ambiente de aprendizagem significativo e profundamente humano. Nesse cenário, ensinar e aprender tornam-se processos compartilhados, nos quais a escuta, a sensibilidade e o reconhecimento da diversidade de trajetórias são elementos essenciais.

Elaborar o Projeto Político Pedagógico do CEJA é, portanto, um exercício de compromisso com essas histórias e com os sonhos que elas carregam. Este documento expressa não apenas diretrizes pedagógicas e organizacionais, mas também a convicção de que a educação é uma poderosa ferramenta de transformação pessoal e social. Para muitos de nossos estudantes, retornar à escola representa mais do que concluir uma etapa de escolarização: significa recuperar oportunidades, fortalecer a autoestima e reafirmar o direito de aprender em qualquer fase da vida.

Assim, o CEJA reafirma seu papel como um espaço de esperança, de reconstrução de trajetórias e de valorização da dignidade humana. Aqui, cada página escrita, cada leitura compartilhada e cada conquista acadêmica representa também uma vitória pessoal. A escola torna-se, portanto, um lugar onde o passado é respeitado, o presente é acolhido e o futuro passa a ser construído com novos sentidos, novas possibilidades e a firme certeza de que nunca é tarde para aprender, sonhar e recomeçar.

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

NOME: Centro de Educação de Jovens e Adultos

ENDEREÇO: Avenida Felipe Pedreira Brandão, S/N, Centro

CEP: 44670-063

MUNICÍPIO: Anguera

UNIDADE DA FEDERAÇÃO: Bahia

LOCALIZAÇÃO: Zona Urbana

E-MAIL: cejaadultos@gmail.com

TELEFONE: (75) 3239-6500 **RAMAL:** 6512

CNPJ: 28.331.625/0001-55

CÓDIGO INEP: 29468655

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera

MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS: Educação de Jovens e Adultos
(1º Segmento- Estágio I ao V e 2º Segmento Estágio VI ao VII no turno noturno).

NÚMERO DE TURMAS E NÚMERO DE ESTUDANTES:

SÉRIE	TURNO	QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS (NO SISTEMA)
ESTÁGIO I	NOTURNO	07
ESTÁGIO II	NOTURNO	15
ESTÁGIO III	NOTURNO	23
ESTÁGIO IV	NOTURNO	25
ESTÁGIO V	NOTURNO	24
ESTÁGIO VI	NOTURNO	65
ESTÁGIO VII	NOTURNO	33
Total		192

QUADRO DE PROFISSIONAIS

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
MARIA DA CONCEIÇÃO S. CARVALHO	GESTORA	GRADUADA
JAIR CERQUEIRA CASTRO	COORDENADOR	GRADUADA
ADENILZA DE OLIVEIRA FREITAS	COORDENADORA	GRADUADA
RONECI PEREIRA DA SILVA	SUPERVISOR	PÓS-GRADUADO
ANA CRISTINA SILVA VASCONCELOS	PROFESSORA	PÓS-GRADUADA
ÂNGELA MARIA PEREIRA SOUZA	PROFESSORA	GRADUADA
ALDEANE ALVES SILVA	PROFESSORA	GRADUADA
SIMONE VELOSO DA SILVA VERAS	PROFESSORA	GRADUADA
LÍVIA PEREIRA CARVALHO	PROFESSORA	GRADUADA
LEIDE DAIANE NEVES DE CARVALHO	PROFESSORA	GRADUADA
MARIA NILVA CONCEIÇÃO CARVALHO	PROFESSORA	GRADUADA
RONALDO BASTOS SOUZA	PROFESSOR	ENSINO MÉDIO
ANA RITA DE MIRANDA SOARES LEITE	PROFESSORA	PÓS-GRADUADA
LARISSA SILVA NERI	PROFESSOR	GRADUADA
JOSÉ BENEDITO OLIVEIRA	PROFESSORA	GRADUADA
MARILDA DE ARAÚJO VENTURA	PROFESSORA	GRADUADA
JADSON LOPES DE CARVALHO	DIGITADOR	ENSINO MÉDIO
LUIZ CARLOS SANTOS DE FARIAS	PORTEIRO	ENSINO MÉDIO
ANASELMA SILVA SOUZA	MERENDEIRA	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO
ADRIANA ARAÚJO FERREIRA	MERENDEIRA	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO
MÔNICA DE BRITO HUNGRIA	SERVIÇO GERAL	ENSINO MÉDIO COMPLETO
MARIA LAVÍNIA S.BARBARA BASTOS	AGENTE DA SALA DE LEITURA	ENSINO MÉDIO COMPLETO
ALEXANDRA OLIVEIRA SANTOS	SERVIÇO GERAL	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

1.1. PERFIL IDENTITÁRIO

1.1.1. Função social: Missão, Visão e Valores

Diante da realidade social e econômica que nos cerca, acentuadas ainda mais devido ao contexto pandêmico imposto pela COVID-19, procura-se cada vez mais sujeitos mais bem qualificados para o mercado de trabalho. Jovens e adultos

com baixa ou nenhuma escolaridade, preocupados com esta situação, procuram uma condição de trabalho mais digna. Por isso, retornam à sala de aula. Nesse contexto, o Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), entende que a educação tem um papel preponderante em relação à função social na vida desses jovens e adultos já que ela é responsável pela formação de indivíduos críticos e criativos que possam exercer a cidadania, participando dos processos de transformação e construção da realidade.

Missão: Possibilitar aos Jovens e Adultos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desigualdades de oportunidades de permanência ou outras condições adversas, novas oportunidades de acesso e permanência ao ensino de forma significativa, contribuindo com a sua formação no mundo do trabalho, na vida social e conscientes de seus direitos e deveres.

Visão: Desenvolver uma modalidade de ensino de referência a nível local no município pela promoção da aprendizagem e futuramente sucesso profissional dos estudantes, pela qualidade e organização de ensino. Considerando que cada indivíduo possui um “estilo” de aprendizagem diferente, nossa meta é oferecer uma educação que contemple as necessidades do educando.

Valores: Pautamos nossas ações e práticas pedagógicas em valores inerentes a uma vida em sociedade: Responsabilidade Social; Competência; Profissionalismo; Respeito; Disponibilidade;

1.1.2. Características e finalidades

A escola é uma das instituições que tem um grande poder de transformação da sociedade, através da educação, a família tem suas crianças, jovens e adultos que são formados por ela. Desta forma a instituição de ensino e a comunidade devem buscar parcerias em prol de uma qualidade melhor na educação, como também infraestrutura que garanta uma vida saudável e digna para todos.

Segundo Veiga (2009, p.14):

O Projeto Político-Pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade. Nesta caminhada será importante ressaltar que o projeto político-pedagógico busca a organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade.

A Educação de Jovens e Adultos - EJA é caracterizada como modalidade da Educação Básica que se destina àqueles que não tiveram acesso ou condições de dar continuidade nos estudos na idade própria, constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida, conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 37.

A EJA ofertada busca colaborar com a redução do analfabetismo, disseminação do letramento, e oportunizar jovens que necessitam conciliar o estudo com o tempo de trabalho, buscando despertar a autoestima em adultos e idosos. Além disso, a oferta de turmas da EJA deve considerar as especificidades dos alunos, as diferentes realidades e condições de vida e trabalho.

A Lei nº 295/2023 institui, no Município de Anguera, o Programa de Incentivo à Educação de Jovens e Adultos (EJA), com a finalidade de erradicar o analfabetismo e promover a formação educacional de jovens e adultos com idade superior a 15 anos, matriculados na rede municipal de ensino nos níveis Fundamental I e II da modalidade EJA.

A legislação autoriza a concessão de incentivos por meio de cestas básicas e auxílio financeiro, condicionados à matrícula regular, frequência mínima de 75%, aprovação nas unidades avaliativas, permanência até o final do ano letivo, renda familiar de até dois salários mínimos e regularidade com os tributos municipais. O programa prevê a entrega de duas cestas básicas no valor de R\$ 150,00 cada, além de auxílio financeiro anual de R\$ 260,00, com acréscimo de R\$ 50,00 para alunos com deficiência ou doenças crônicas que realizem tratamento contínuo.

Os valores poderão ser reajustados ou ajustados por decreto do Poder Executivo, conforme disponibilidade orçamentária, respeitando os limites estabelecidos na própria lei. A Secretaria Municipal de Educação é responsável pelo acompanhamento pedagógico, fiscalização da frequência e desempenho, planejamento de ações inclusivas e emissão de relatórios periódicos, enquanto o Conselho Municipal de Educação e o Conselho de Acompanhamento do Programa exercem função fiscalizadora e participativa.

A lei também autoriza a abertura de crédito adicional especial até o limite de R\$ 450.000,00 para custeio das despesas, utilizando recursos do Fundo Municipal de Educação e do Fundo de Participação dos Municípios, bem como a celebração de parcerias e convênios com entes públicos e iniciativa privada. A exclusão do programa ocorrerá em casos de reprovação, abandono ou fraude.

A aprendizagem no CEJA tem como propósito garantir ao estudante a capacidade de solucionar problemas da vida concreta e construir conhecimentos a partir dos saberes cotidianos, utilizando procedimentos que contribuam para a superação das dificuldades. Além disso, um dos fatores mais importantes do CEJA é mediar o conhecimento às pessoas e passar os conceitos básicos da vida em sociedade.

A EJA tem como objetivo geral proporcionar o acesso e principalmente a permanência dos jovens e adultos à escola, prezando pela diminuição dos índices de analfabetismo no município, oferecendo melhores oportunidades à população, através da educação com o intuito de resgatar a escolaridade do indivíduo para as demandas da sociedade. E como objetivos específicos:

- ✓ Estimular os alunos aos estudos para diminuir os índices de evasão na EJA.
- ✓ Trabalhar com os temas geradores que perpassam pela sociedade.
- ✓ Desenvolver uma metodologia a partir da prática pedagógica contextualizada.
- ✓ Valorizar o histórico de vida de cada aluno estimulando assim a sua autoestima.
- ✓ Incentivar o desenvolvimento do senso crítico do aluno.
- ✓ Promover uma aprendizagem significativa que contribua com o dia a dia do aluno

O CEJA tem seu funcionamento no Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho prédio sediado a devida instituição. O administrativo e o pedagógico têm o seu funcionamento 12h50min às 21h40m, ofertando a modalidade da Educação de Jovens e Adultos na etapa do Ensino Fundamental Anos Iniciais Primeiro Segmento Estágios 1 e 2 / 3 / 4 e 5) que correspondem do 1º ao 5º ano e o Segundo Segmento Estágios 6 e 7 que correspondem aos Anos Finais 6º ao 9º ano.

1.2. LINHA DO TEMPO: HISTÓRIA INSTITUCIONAL

No Município de Anguera-BA essa modalidade de ensino deu-se início no ano de 2009, na Escola Municipal Érico Sophia Brandão com o Ensino Fundamental Anos iniciais (1ª a 4ª série), e após anos instalou-se no Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho - CEPAOF, por oferecer uma melhor estrutura física para recepcionar os jovens e adultos. No entanto, essa modalidade de ensino já existia há alguns anos no município sendo ofertado no Colégio Estadual Arthur Vieira de Oliveira.

No ano de 2009 o ensino da EJA continuou seu funcionamento na Escola Municipal Érico Sophia Brandão, prédio escolar cedido pela gestão municipal, onde funcionavam aulas para jovens e adultos da 1ª à 4ª série, com duas salas de turmas multisseriadas. Assim, a EJA por não ter sede própria e nem código do INEP, os funcionários que trabalhavam faziam parte da equipe da Escola Municipal Érico Sophia Brandão, sendo assim não tinha recursos financeiros próprios.

As atividades complementares (ACs) eram realizadas na Secretaria Municipal de Educação. Na época a diretora era a Professora Martha Brandão Alves Barbosa e a vice-diretora Iracema Sampaio Figueredo, ambas trabalhavam no ensino regular e na modalidade da EJA. Em 2011 foi nomeada uma vice-diretora exclusiva para a modalidade da EJA no turno noturno, na tentativa do melhor atendimento e desenvolvimento do ensino.

Nos primeiros meses do ano de 2016 a fim de integrar as ações com mais eficácias, disponibilização de recursos e uma prática pedagógica direcionada ao público em suas especificidades, a Secretaria de Educação, tendo como secretário o professor Antônio Márcio Silva Vasconcelos, decidiu instituir em decreto o Centro Noturno de Educação de Jovens e Adultos – CENEJA.

Foi nomeada como diretora, a professora Itamara Brito Santana, neste mesmo ano, criou-se o código do INEP, e ampliaram-se as etapas do Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais (Estágios), passaram a estudar em um único espaço, cedido pelo Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho. Nesta época a diretora do Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho era a professora Luiza Arruda Couto.

Assim, desde 2016 até os dias atuais o Centro de Educação de Jovens e adultos – CEJA está funcionando no Centro Educacional Professor Áureo de

Oliveira Filho - CEPÁOF, durante os anos de 2016 a 2020, a EJA funcionava apenas no turno noturno, com turmas do Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais. Em meados de 2020, houve uma mudança de nomenclatura, uma vez que, se chamava Centro Noturno de Educação de Jovens e Adultos (CENEJA) e passou-se a chamar Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEJA ampliando a oferta para o turno vespertino.

2. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

A Educação de Jovens e Adultos – EJA é uma modalidade da Educação Básica com identidade própria, pautada nos fundamentos conceituais representados pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade, e pelas funções reparadora, equalizadora e qualificadora, que visam a garantir uma oferta de qualidade aos educandos dos diversos perfis e faixas etárias matriculados nessa modalidade, que não tiveram acesso à escola ou que dela se evadiram pelas mais diversas razões.

Neste sentido, a instituição de ensino que oferta a EJA precisa ter o conhecimento básico das legislações que regem e amparam essa modalidade, a fim de possibilitar uma escolarização adequada aos educandos, de forma a reparar a ausência da educação formal, equalizar as oportunidades de acesso ao conhecimento científico e qualificá-los para que possam se inserir em melhores condições no mundo do trabalho.

2.1. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL DE SER HUMANO, SOCIEDADE E CULTURA

No CEJA a concepção de ser humano não se apresenta como um ser pronto e acabado, mas como um ser que é produzido pelo meio, pela própria natureza e que, à medida que vai sendo produzido vai se sensibilizando em relação ao meio, vai conhecendo e adquirindo experiências que vão sendo acumuladas e transmitidas de uns aos outros, possibilitando a adaptação do meio às suas necessidades. Ou seja, o homem é um produto do meio que, à medida que é produzido, passa a agir sobre o meio para garantir sua sobrevivência.

Considerando o sujeito um ser social, é na relação com os seus semelhantes que o ser humano aprende e ensina se constrói enquanto sujeito e adquire autonomia e valores essenciais para o convívio social tais como: respeito mútuo, solidariedade e afetividade. De posse do instrumental teórico e os meios necessários para que perceba e assume, verdadeiramente, seu papel ativo na história, enquanto cidadão capaz de interpretar e participar da construção do mundo e sobretudo, de fazer-se a si mesmo ao interagir com a realidade e o mundo do trabalho de forma crítica, consciente e produtiva. Segundo Paulo Freire:

A existência humana não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão (1987, p. 78).

A formação do homem como sujeito de direitos universais é o centro do processo educacional a essência do trabalho pedagógico, buscando formar uma pessoa capaz de conduzir sua vida respeitando a diversidade cultural, ética e religiosa. A concepção de sujeito e de educação que estamos falando é a de que prepara o homem/aluno para ser um sujeito ativo de sua vida, autor de sua história, que cria, recria, inventa coletivamente, em parceria, constrói junto, articula teoria e prática, tem valores, saberes, compartilha, acolhe e decide democraticamente.

Sociedade e cultura:

A sociedade não é um amontoado de indivíduos, mas um sistema organizado deles e ordenado em uma estrutura social, com um arcabouço normativo e com instituições formais e informais (Estado, família, Igreja, escola etc.) Na sociedade, a educação se apresenta como um meio de reprodução da cultura. "A educação é a transmissão integrada da cultura em todos os seus aspectos, segundo os moldes e pelos meios que a própria cultura existente possibilita." (PINTO, 2010).

Segundo Paulo Freire "A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda." Ele se opõe aos privilégios das classes dominantes, as quais impedem a maioria de usufruir os bens produzidos pela sociedade. Dessa forma, a modificação desse quadro deveria partir dos próprios oprimidos, depois de um trabalho de conscientização e politização.

A educação tem a finalidade de transferir a cultura praticada na sociedade. Sendo assim, no ato educativo, são passados os valores sociais, normas e deveres que o indivíduo deve seguir durante toda sua vida social. Entendemos que tais transferências de valor cultural para um indivíduo, tornam-se algo relevante para sua formação, pois será transferida para ele desde seu nascimento, tornando-se integrada a seu caráter desde sua base.

No âmbito pessoal, a EJA deve promover o acesso do educando a cultura geral, ampliando seu universo referencial. Para tanto, é necessário que a instituição de ensino proporcione aos educandos experiências culturais diferenciadas, como visitas a museus, cinema, teatro e demais espaços culturais. Por isso é importante

que haja um planejamento integrado das disciplinas curriculares para facilitar a organização desses momentos de aprendizagem que deverão garantir aos educandos a articulação dos conhecimentos científicos com a realidade que os circunda, considerando a diversidade de vivências, de idades, de saberes culturais e valores dos estudantes.

2.2. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL, ESCOLA E ENSINO

A compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana, a educação fundamental, segundo a Constituição Federal (1988) é um direito de todos e dever do Estado, diante disso o poder público é investido de autoridade para impô-la como obrigatória a todos e a cada um e garantir sua gratuidade.

Educar é libertar o homem da condição de passivo, para sujeito que busca no conhecimento a compreensão da realidade que está inserido, passando a reconhecer o papel da História e entendendo que a aquisição da cultura da humanidade é um direito que deve ser assegurado ao educando.

A concepção de educação de Paulo Freire (2000) vê o homem como um ser autônomo, com capacidade de contribuir para a transformação do mundo. Portanto aqui no CEJA entendemos educação como a prática social responsável pelo processo de humanização. Paulo Freire (2000) fala em educação se referindo a profundas mudanças: “Quando falo em educação como intervenção me refiro tanto à que aspira a mudanças radicais na sociedade, no campo da economia, das relações humanas, da propriedade, do direito ao trabalho, à terra, à educação, à saúde...” (2000, p.122).

Dessa forma, na concepção freiriana, a escola deve proporcionar ao ser humano a oportunidade da mudança social, despertando a leitura de mundo, promovendo a libertação, preparando-o para a transformação da realidade envolta, contribuindo para que o estudante se torne parte da sua história.

Seguindo essa concepção, o CEJA segue as orientações da Rede Municipal de Ensino de Anguera na abordagem de temas transversais no planejamento escolar. Nessa tendência, os temas abordados se tornam geradores de

aprendizagens, a partir de procedimentos pedagógicos investigativos, incentivados pelos docentes aos estudantes.

[...] É na realidade mediatizadora, na consciência que dela tenhamos educadores e povo, que iremos buscar o conteúdo programático da educação. O momento de este buscar é o que inaugura o diálogo da educação como prática da liberdade. É o momento em que se realiza a investigação do que chamamos Universo Temático do povo ou o conjunto de seus temas geradores (FREIRE, 2005, p. 101).

Entende-se que, na concepção de Paulo Freire, as investigações feitas nas abordagens dos temas geradores, facilitam estratégias para a construção de conhecimentos significativos que contribuem com a formação crítica do sujeito como transformador da sociedade.

2.3. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E TRABALHO

Ciência e Tecnologia: O CEJA compreende que a Ciência determina um papel fundamental na produção do conhecimento científico e sua relevância social, incentivando os educandos no enfrentamento de uma sociedade suscetível a mudanças, a compreender e interpretar fenômenos naturais, o meio ambiente, a saúde e suas tecnologias (BRASIL, 2001).

No cenário da EJA, a ciência possibilita aos sujeitos viverem na prática o conhecimento científico, o que torna bastante desafiador para o professor englobar metodologias específicas e contextualizadas. Reconhecer essa vivência é ir ao encontro dos movimentos sociais e à luta para o favorecimento dos indivíduos que eram historicamente excluídos, garantindo o acesso ao meio escolar (CAVALCANTE; CARDOSO, 2016).

Diante do contexto, a ciência promove a classe educacional da EJA a viver experiências a partir do meio social no qual está inserida e como é sua relação com as experiências individuais de cada aluno.

Os jovens, adultos e idosos precisam ser desafiados o tempo todo a explorar e desenvolver suas próprias ideias e experiências. É preciso aproximá-los ao mundo das ciências com elementos que envolvam sua construção, desenvolvimento, exercitando a curiosidade intelectual, incluindo a investigação, a reflexão, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses,

formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

Nesse sentido é imprescindível que os alunos se integrem ao mundo tecnológico, pois essa integração trará oportunidades que só quem está plenamente integrado tem. No mundo em que vivemos, considera-se mais qualificado aquele aluno que consegue se integrar com a realidade tecnológica. No mercado de trabalho, o mundo empresarial utiliza-se das novas tecnologias;

É justamente essa a preocupação que a escola deve ter: fazer com que o aluno se empenhe em aprender, crie caminhos para que esse aprendizado aconteça, crie a conscientização de que estar alinhado com as novas tecnologias se trata de questão de sobrevivência; estar alheio a esse conhecimento é perder oportunidade, é estagnação, é optar pelo não desenvolvimento social, intelectual, financeiro.

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, contribuindo com a construção de uma sociedade mais igualitária e mais bem-preparada.

Trabalho: O ensino na EJA é bastante desafiador por envolver metodologias específicas, alunos que precisam trabalhar durante o dia e frequentam a escola no contraturno. Dessa forma, esse tipo de modalidade oferece o desenvolvimento e a formação escolar do cidadão com seu poder social e compromisso com a igualdade de oportunidades, como mostra Krelling (2014):

Os alunos da EJA buscam conhecimento e preparação para sua inserção no mercado do trabalho, almejando melhores condições financeiras para atingir uma qualidade de vida desejável. É preciso, entretanto, considerar situações que vão além da satisfação profissional, como por exemplo a satisfação pessoal (KRELLING, 2014, p. 14).

Entender o contexto da EJA é compreender a sua diversidade, com turmas de diferentes idades e trabalhadores com diferentes funções, empregadas domésticas, motoristas, pedreiros e babás, entre outros, mas com um só objetivo: concluir seus estudos e serem sujeitos aceitos na sociedade, na política e na cultura.

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. É a partir dessa valorização que o CEJA permeia suas ações.

Busca desenvolver a prática pedagógica as práticas de trabalho vivenciadas pelos estudantes ou as praticas exigidas pelo mercado de trabalho, assim as aulas são integradas aos temas geradores, os componentes abordam a matemática financeira os aspectos da cultura, da agricultura, da pecuária e do comércio local.

2.4. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

A escola é um lugar social, em que o currículo ganha sentido para os sujeitos, ou seja, expressão de identidades e territorialidades, e funciona como uma bússola direcionando todo o processo educacional. Na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), os educadores precisam-se atentar as propostas do currículo, pois diante de uma sociedade globalizada, é necessário a prática de um currículo vivo no ambiente escolar, visando uma aproximação entre os objetos do conhecimento e a realidade ao qual os educandos estão inseridos.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) cada unidade escolar possui autonomia em elaborar seu currículo, de forma que contemple seu público alvo. O artigo 26 da LDB afirma que:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 2018, p. 19).

Além da ideia de currículo ligada às 10 competências gerais da BNCC, é importante salientar que na Rede Municipal de Ensino de Anguera, a Educação de Jovens e Adultos também tem fortes características dos princípios da Educação Popular defendida e erguida por Paulo Freire.

A estruturação curricular do CEJA em consonância com o município é norteada pelo compromisso social em garantir a escolarização e a construção de aprendizagens por parte das pessoas de camadas populares que, por motivos

diversos, não frequentaram ou abandonaram a escola na infância e/ou adolescência. (DCRM)

O lugar dos jovens e adultos no currículo é algo bastante comentado por inúmeros pesquisadores da Educação, pois os professores se deparam com situações difíceis no chão da sala de aula, mas mesmo assim temos que prezar pelo “protagonismo positivo desses jovens e adultos”, e isso pode ocorrer por meio da sociedade que estão inseridos, buscando colocar em prática o protagonismo positivo do trabalho informal que é realizado para contribuir na renda familiar, o protagonismo de cuidar da casa, dos irmãos, entre outros.

Diante disso, prezamos por um currículo que enfatize a territorialidade, diversidade, humanidade, autonomia, integralidade, interdisciplinaridade e transversalidade, uma vez que, para motivar e incentivar esses alunos é essencial partimos das vivências deles.

Corroborando com a ideia de Arroyo e fundamentado na Constituição Federal e na LDB, a educação tem por objetivo o desenvolvimento da pessoa, a qualificação para o mercado de trabalho o prepara para o exercício da cidadania. O Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) aponta que:

A proposta curricular da EJA se alicerça em princípios e valores definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais, em consonância com a identidade dos estudantes e suas práticas sociais, com os conceitos escolares socialmente significativos, os quais são relacionados com os conhecimentos adquiridos pelos estudantes na vida cidadã e no mundo do trabalho e com o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, competências, valores e posturas éticas e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). (DCRB, 2020, p. 55).

Na atual sociedade, os documentos oficiais que norteiam a educação estão prezando por uma educação construtivista, em que os professores deixam de ser detentores do conhecimento e passam a ser mediadores, e os alunos protagonistas de sua aprendizagem, por meio de uma metodologia ativa.

O DCRM (2022, p. 26) afirma que “o currículo vem a serem o caminho, a rota, sendo a proposta de organização de uma trajetória de escolarização, envolvendo conteúdos estudados, atividades realizadas, competências desenvolvidas com vista no desenvolvimento pleno do educando”.

Diante disso, a proposta curricular do município propõe uma educação transformadora para os jovens e adultos, e isso fica evidente nos planos de curso de

todos os segmentos da EJA. Para isso, torna real, é fundamental os professores assumirem uma postura reflexiva no seu fazer pedagógico, já que, por meio dela buscamos melhorar cada dia mais nossas práticas pedagógicas.

Assim sendo, para a garantia do direito dos jovens, adultos e idosos à Educação Básica, o currículo deverá ser pautado em uma pedagogia crítica, que considere a educação como dever político, com espaço e tempo propícios à emancipação dos educandos e à formação da consciência crítico-reflexiva e autônoma.

Mediante a esse contexto, o CEJA possui uma proposta curricular com base na aprendizagem por: Eixos Temáticos e Temas Geradores. Estes últimos organizam as diferentes áreas do conhecimento, de acordo com a dinâmica expressa no modelo curricular, que se assenta na política-pedagógica da Educação Popular, na Teoria Psicogenética que explica a construção do conhecimento, bem como, na Teoria Progressista/Freiriana (à luz da visão do ser humano integral e inacabado).

Enfim, o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o currículo, em consonância, direciona a unidade escolar cumprir suas finalidades, e eles são flexíveis mediante as necessidades de mudanças, e podem ser reelaborados sempre que houver necessidade.

O CEJA entende que o processo avaliativo aliado ao ensino aprendizagem a EJA deve dispor de material didático adequado ao tempo humano, objetivando o desenvolvimento da pluralidade e dimensões da formação humana. Explorando pedagogicamente as potencialidades formadoras do trabalho como princípio educativo. Seu processo de aprendizagem, socialização e formação, respeitando e considerando a diversidade de vivências, de idades, de saberes culturais e valores dos estudantes.

2.5. CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

A gestão democrática na escola representa um compromisso com a participação ativa de todos os segmentos da comunidade escolar, estudantes, familiares, profissionais da educação e sociedade civil na construção de um ambiente educativo mais justo, transparente e colaborativo.

A Secretaria Municipal de Educação tem promovido práticas que fortalecem essa gestão compartilhada em suas unidades de ensino, articulando instrumentos

de participação social e escolar na tomada de decisões. Esse modelo de gestão é fundamental para que a escola pública atenda com eficácia às necessidades educacionais dos jovens e adultos, especialmente no CEJA, onde a diversidade de trajetórias de aprendizagem exige diálogo contínuo entre os diferentes atores envolvidos na educação.

A Escola de Educação de Jovens e Adultos – CEJA atua como um espaço de inclusão educativa, oferecendo oportunidades de formação para quem busca completar a educação básica em tempos e formas adaptados à realidade de sua vida adulta. No âmbito da rede municipal, a Secretaria de Educação estimula e legitima mecanismos como o Conselho Escolar e outros conselhos colegiados que permitem a articulação de diferentes vozes na definição de prioridades educacionais e no acompanhamento das ações desenvolvidas na escola.

Essas instâncias de participação contribuem para uma escola mais aberta ao diálogo, em que as decisões não ficam restritas apenas à gestão central, mas se estendem à comunidade escolar, refletindo valores democráticos, respeito à diversidade e compromisso com a aprendizagem de todos.

Ao implementar práticas de gestão democrática, o CEJA posiciona-se como espaço educativo que valoriza a escuta, a transparência e a corresponsabilidade, aspectos essenciais para promover uma educação inclusiva e de qualidade para jovens e adultos que retornam ou iniciam sua trajetória escolar. Esse processo fortalece a integridade da escola como instituição pública e amplia a capacidade de sua comunidade em construir soluções coletivas para os desafios educacionais contemporâneos.

Gestão Democrática está baseada no exercício da democracia nas tomadas de decisões da unidade escolar, na coordenação e realizações de atitudes e ações que propõem a participação de todos no convívio coletivo e social na comunidade escolar, tendo como “peças” principais professores, alunos, pais, direção, equipe pedagógica e demais funcionários.

Desse modo, escola democrática é aquela em que os seus participantes estão coletivamente organizados e compromissados com a promoção da educação de qualidade para todos, assim comprometida com o direito e a aprendizagem efetiva e o desenvolvimento pleno, onde família e escola estejam juntas, contribuindo para a cultura dos alunos.

Conforme Buss (2008) é compreendida como uma inovação o ato de administração, pois se trata de buscar a participação do coletivo minimizando a hierarquia e o poder individualizado. Contudo, é imprescindível que cada um dos envolvidos no processo democrático da escola tenha clareza e conhecimento de seu papel quanto participante da comunidade escolar.

2.6. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

A prática pedagógica de um professor é influenciada por sua formação ininterrupta. Os Princípios Orientadores da Prática Pedagógica, na EJA, têm como princípio básico a ser exercido à interdisciplinaridade buscando estabelecer relações entre duas ou mais componentes curriculares ou “algo que é comum a duas ou mais disciplinas”.

Quando se fala em Educação de Jovens e Adultos, é importante levar em consideração alguns princípios norteadores: o desejo de aprender; a prontidão para a aprendizagem; a aprendizagem relacionada com situações reais; a experiência versus a aprendizagem e o feedback.

Para uma prática pedagógica acontecer no CEJA, segundo as diretrizes que o currículo do município assegura, é necessário que o professor nas formações com o coordenador pedagógico esteja disposto a ressignificar suas técnicas de ensino, passando a conhecer a realidade sociocultural do aluno que possivelmente possui muitos conhecimentos informais.

Segundo Paulo Freire:

Como ensinar, como formar sem estar aberto ao contorno geográfico, social, dos educandos?” [...] Preciso, agora saber ou abrir-me à realidade com quem partilho a minha atividade pedagógica. Preciso tornar-me, se não absolutamente íntimo de sua forma de estar sendo, no mínimo, menos estranho e distante dela. (FREIRE, 2011, p. 134).

As práticas cotidianas de um professor não se referem a apenas repetir metodologias ultrapassadas, mas uma renovação a cada dia, pois a prática pedagógica é refeita uma vez que refletida antes, durante e depois de realizada. Na formação continuada, as práticas passam a ser menos limitadas desde que dialoguem com os envolvidos no processo, para então haver êxito.

2.6.1. A pesquisa como Princípio Pedagógico

Na Educação de Jovens e Adultos a pesquisa é uma das principais ferramentas no processo educativo, pois por meio da compreensão, investigação, estudo e planejamento de conteúdo, e o desejo de realizar novas descobertas. Uma vez que as transformações sociais que vêm ocorrendo devido à difusão da tecnologia, exige dos estabelecimentos de ensino um novo modo de ensinar, partindo do pressuposto de que a função da escola não é apenas transmitir informação, mas gerar conhecimento.

Ao se tratar da prática da pesquisa relacionada à atividade de ensino, Freire já propunha que:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, procurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (FREIRE, 1996, p. 29).

Nesse sentido, ao se tratar da pesquisa como uma ação pedagógica, inserida no processo de escolarização, Demo (2000), em seus escritos, ressalta a importância do educar pela pesquisa, pois considera que essa prática, muito além da aula expositiva e dialogada, é a base da educação escolar.

Nesse propósito.

Educar pela pesquisa do conhecimento. Este é o meio, educação é o fim. Significa também não separar os dois componentes do mesmo todo hierárquico, ou seja, a pesquisa não se basta em ser o princípio científico, pois precisa também ser princípio educativo. Não se faz antes pesquisa, depois educação, ou vice-versa, mas, no mesmo processo, educação através da pesquisa (DEMO, 2000, n.p.).

Com as informações colocadas acima podemos afirmar que a pesquisa como princípio pedagógico e uma demonstração da neutralidade da ciência e da prática educativa, isso significa que, como princípio educativo, a pesquisa é uma ação do pensamento sensível e racional inserida na totalidade social e na aprendizagem dos jovens e adultos.

Os conhecimentos e vivências dos alunos são integrados aos componentes curriculares, os alunos são incentivados a trazer suas experiências e seus saberes

envolvendo os mesmos de forma transdisciplinar e interdisciplinar às suas práticas cotidianas integradas ao conhecimento.

2.6.2. O Trabalho como Princípio Educativo

No **CEJA**, falar que o trabalho é um princípio educativo não é discurso abstrato; é realidade cotidiana. A maioria dos estudantes já está inserida no mundo do trabalho na agricultura familiar, no comércio local, na prestação de serviços, no trabalho doméstico ou informal e retorna à escola carregando experiências concretas, responsabilidades e expectativas muito claras. Nesse contexto, o trabalho não é apenas destino futuro, mas ponto de partida do processo educativo. A escola reconhece essas trajetórias e transforma vivências em objeto de reflexão, articulando ciência, técnica e cidadania. Assim, o estudante deixa de ser visto apenas como alguém que “retoma estudos” e passa a ser sujeito de direitos, capaz de compreender sua posição na sociedade e intervir nela de forma consciente.

Quando se afirma, à luz do materialismo histórico de Marx, que o trabalho produz não apenas bens materiais, mas também cultura, conhecimento e formas de sociabilidade, essa ideia ganha força dentro do CEJA. Cada estudante traz saberes construídos na prática saber plantar, vender, negociar, cuidar, organizar que dialogam com os conteúdos escolares. A aprendizagem, então, deixa de ser algo distante da vida real e passa a ser ferramenta de leitura crítica do mundo. O zelo pela aprendizagem, nesse cenário, amplia horizontes: melhora as possibilidades profissionais, fortalece a autonomia e contribui para a elevação da qualidade de vida.

Saviani nos ajuda a compreender essa dinâmica ao afirmar que o trabalho é princípio educativo em três sentidos articulados. No primeiro, a forma como a sociedade se organiza economicamente influencia a própria organização da educação; no CEJA, isso se expressa na necessidade de horários flexíveis, currículo contextualizado e metodologias que respeitem o tempo do trabalhador.

No segundo sentido, o trabalho impõe exigências ao processo educativo, o que se traduz na formação de competências básicas leitura, escrita, cálculo, interpretação indispensáveis para a participação produtiva e cidadã. No terceiro, o trabalho pedagógico em si é uma forma específica de trabalho, que exige

planejamento, mediação sensível e compromisso ético dos educadores com a emancipação dos estudantes.

Dessa forma, o CEJA constrói um parâmetro de aprendizagem voltado para o trabalhador-estudante, integrando conhecimento científico e experiência de vida. O trabalho como princípio educativo não significa reduzir a escola à formação para o mercado, mas ampliar sua função humanizadora: formar sujeitos críticos, conscientes de sua história e capazes de transformar sua realidade.

A escola, nesse sentido, torna-se espaço de reconstrução de trajetórias interrompidas e de reescrita de futuros possíveis um laboratório vivo onde educação e trabalho dialogam para produzir autonomia e dignidade.

2.6.3. O respeito à diversidade

A diversidade deixou de ser um conceito periférico para ocupar o centro dos debates educacionais, sociais e políticos. No entanto, no CEJA, ela não aparece apenas como tema de discussão acadêmica ou pauta institucional; ela se manifesta diariamente nas salas de aula. Ali convivem jovens que interromperam os estudos precocemente, adultos trabalhadores, mães, pais, idosos que decidiram retomar a escolarização e pessoas com trajetórias marcadas por diferentes experiências sociais e culturais. A escola torna-se, assim, um território vivo de encontros, onde a pluralidade não é exceção, mas regra.

Falar em respeito à diversidade no contexto da EJA não significa repetir um slogan, mas assumir uma postura ética concreta. Respeitar a diversidade é reconhecer o outro em sua história, em sua identidade, em suas crenças, em sua cor, em sua condição social e em suas escolhas de vida. No CEJA, essa perspectiva se traduz em práticas pedagógicas que valorizam as experiências acumuladas pelos estudantes e promovem a inclusão como princípio orientador. O respeito não é tolerância passiva; é atitude ativa de escuta, acolhimento e reconhecimento da dignidade de cada sujeito.

A diversidade, contudo, não pode ser compreendida de forma isolada ou superficial. Ela envolve o enfrentamento das desigualdades e a compreensão de que as identidades são construídas nas relações sociais, nas disputas de sentidos e nas dinâmicas culturais, como nos provoca Foucault ao refletir sobre os “jogos de verdade” que moldam as subjetividades. No CEJA, isso se evidencia quando

percebemos que cada estudante carrega marcas de exclusão, resistência e reinvenção. A escola, nesse cenário, precisa planejar suas ações considerando essas singularidades, evitando padrões rígidos que apaguem diferenças ou reforcem estigmas.

Os efeitos desse discurso de diversidade apontam para um entendimento mais profundo: as diferenças não são desvios de uma norma, mas expressões legítimas da condição humana. No CEJA, espaço marcado por relações intergeracionais e interculturais, a convivência entre juventudes e velhices, entre diferentes experiências de trabalho e de vida, desafia preconceitos e amplia horizontes. A educação de jovens, adultos e idosos, quando fundamentada no respeito à diversidade, contribui para a construção de uma sociedade menos desigual, na qual cada sujeito possa aprender ensinar e existir com dignidade.

3. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

As diretrizes são leis que embasam o currículo do Município e as práticas pedagógicas desenvolvidas no ensino da Educação de Jovens e Adultos. No CEJA as práticas pedagógicas não se constituem apenas de elementos presentes na escola, mas envolve os fenômenos políticos, sociais, culturais e educativos do qual fazem parte da realidade dos jovens e adultos. Assim, pode-se identificar seu caráter multicultural e o desafio proposto aos professores enquanto mediador do conhecimento, de ressignificar sua prática pedagógica, respeitando o modo de vida, suas vivências dentro da sala de aula, oportunizando uma formação crítica e reflexiva nas mediações e socializações em sala.

A práxis para Freire é:

A práxis... é reflexão e ação dos humanos sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor oprimido. Desta forma, esta superação exige a inserção crítica dos oprimidos na sociedade opressora, com que objetivando-a, simultaneamente, atuam sobre ela (SOUZA *apud* FREIRE, 1974, p. 40).

A prática pedagógica docente, sobretudo na EJA, necessita reconhecer em seu estudante suas vivências, suas construções sociais, seus aprendizados, objetivando estabelecer relação de contextualização e construção com o conhecimento socialmente produzido.

3.1. O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

O planejamento pedagógico constitui-se em ações voltadas para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem. A concepção de planejamento se materializa no CEJA por meio de formações e estudos dos objetos de conhecimentos de cada unidade letiva, promovendo o aprendizado de maneira coletiva e interdisciplinar nas turmas dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, no turno vespertino e noturno.

Os registros das ações planejadas por cada professor acontecem por meio de fichas específicas de planejamentos, fotos e pesquisas. Os elementos essenciais no planejamento que contempla o processo de ensino significativo em cada unidade

letiva durante o ano são as habilidades e competências que cada objeto de conhecimento propõe bem como os temas geradores e subtemas.

Contudo o educador irá permitir-se ser conduzido e planejar didaticamente cada conteúdo com a finalidade de alcançar e assegurar o aprendizado dos alunos. Assim, nesta modalidade de ensino o CEJA utiliza as tecnologias de comunicação e informação tanto nos planejamentos quanto no desenvolvimento das aulas ministradas pela maioria dos professores.

Os “autores” que exerce fundamental importância nesse processo é o professor e o coordenador, pois juntos devem criar metas e estratégias para alcançar o bom desempenho na vida educacional de cada estudante. O planejamento pedagógico também é momento de escuta e elaboração. Uma vez que no CEJA planejamos respeitando o contexto social e histórico de vida dos estudantes.

Na EJA os planejamentos das aulas devem ser de forma específica a atender as dificuldades diagnosticadas na leitura e escrita de cada aluno no desenvolvimento das atividades em sala. Vários alunos que identificamos com maior avanço de dificuldades, muitos deles trabalham durante o dia, residir distante da escola, tem filhos, cuidar de netos dentre outros. Assim compreende-se que ao iniciar a aula é necessário reservar um período de tempo para a acolhida e momento de escuta antes do conteúdo.

Veiga (1989) afirma que a Prática Pedagógica (1989, p. 16) é “... uma prática social orientada por objetivos, finalidades e conhecimentos, e inserida no contexto da prática social. A prática pedagógica é uma dimensão da prática social...”. Dessa forma entendemos que assim como Veiga (1989) traz a compreensão da dimensão da prática pedagógica, que não está circunscrita apenas no âmbito escolar, mas perpassa por toda a formação sociocultural de uma sociedade. Conclui-se que é afirmado o caráter político dessa ação, permeados pelos aspectos conjunturais e estruturais da sociedade brasileira.

3.2. TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS INSPIRADORAS

O CEJA em suas práticas pedagógicas trabalha com a tendência chamada de pedagogia libertadora ou crítico-emancipatória, onde se discute que, o educador e o educando devem perceber o conhecimento como um processo de construção, onde o saber é construído a partir da realidade social do educando. Esse saber, portanto, só tem sentido se for compreendido a partir de uma realidade social. Levando em consideração que a educação deve ser um ato político para conscientização crítica da realidade de cada educando buscando por melhores condições sociais.

Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), a avaliação da aprendizagem deve considerar que os estudantes chegam à escola trazendo experiências de vida, saberes construídos fora do ambiente escolar e diferentes trajetórias educacionais. Por isso, a avaliação não se limita apenas ao domínio de conteúdos acadêmicos, mas também valoriza a leitura de mundo, o desenvolvimento de habilidades, atitudes e a capacidade de participação social.

3.3. A AVALIAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM

Conforme as Diretrizes para Avaliação da Aprendizagem e Rendimento Escolar da Secretaria de Educação de Anguera, o rendimento é expresso por notas de zero a dez, com base na avaliação somativa, porém os instrumentos avaliativos devem priorizar a avaliação formativa, acompanhando o processo de aprendizagem e promovendo a formação integral do estudante.

No **1º Segmento da EJA** (anos iniciais do Ensino Fundamental), na modalidade **100% presencial**, a avaliação é composta por quatro instrumentos: acompanhamento processual da frequência, participação, iniciativa e dedicação aos estudos (**2,0 pontos**); portfólio de atividades que evidencie a evolução da aprendizagem (**2,0 pontos**); teste escrito ou apresentação científica/cultural relacionada aos temas trabalhados (**2,0 pontos**); e **prova escrita (4,0 pontos)**.

Já na **EJA combinada**, a avaliação também considera o acompanhamento processual (**2,0 pontos**), o **portfólio organizado por áreas do conhecimento (3,0 pontos)** e uma **prova escrita (5,0 pontos)**, incluindo ainda a regularidade no cumprimento das atividades extraclasse.

No **2º Segmento da EJA** (anos finais do Ensino Fundamental), a avaliação mantém a lógica de valorização do processo formativo. Nas turmas com estudantes entre **15 e 20 anos**, a **prova escrita** corresponde a **5,0 pontos**, enquanto os outros **5,0 pontos** são distribuídos entre diferentes instrumentos definidos pelo professor em diálogo com a coordenação pedagógica, como seminários, produções orais e escritas, estudos de caso, projetos, pesquisas, debates, mapas conceituais, produções audiovisuais, atividades de campo, jogos pedagógicos e participação em classe.

Na modalidade **100% presencial**, a organização inclui acompanhamento processual (**2,0 pontos**), atividades focadas em habilidades (**1,0 ponto**), testes ou atividades práticas e investigativas (**2,0 pontos**) e prova escrita (**5,0 pontos**). Já na **EJA combinada**, a avaliação envolve acompanhamento processual (**2,0 pontos**), atividades como pesquisas, produções, portfólios e aprendizagem baseada em problemas (**3,0 pontos**) e prova escrita (**5,0 pontos**).

Além disso, nas turmas **100% presenciais** os instrumentos são aplicados por **componente curricular**, enquanto na **EJA combinada** a avaliação ocorre por **áreas do conhecimento**, respeitando a organização pedagógica dessa modalidade.

No fundo, a lógica dessas diretrizes segue uma ideia bastante sensata: medir aprendizagem não é apenas registrar acertos numa prova, mas observar o caminho que o estudante percorre para construir conhecimento — especialmente na EJA, onde cada trajetória escolar carrega uma história de vida inteira dentro da sala de aula.

3.4. RECOMPOSIÇÃO DE APRENDIZAGEM

Na Educação de Jovens e Adultos, a recomposição das aprendizagens assume um papel essencial para garantir que os estudantes tenham a oportunidade real de avançar em seu processo educativo. Ao final da etapa letiva, após a realização do pré-conselho, o professor, em diálogo com a coordenação pedagógica, analisa o percurso formativo da turma e identifica as habilidades que ainda não foram plenamente consolidadas.

A partir dessa análise, é elaborado um plano de ação que prevê estratégias pedagógicas específicas para enfrentar as dificuldades diagnosticadas, considerando o ritmo, as experiências de vida e as necessidades dos estudantes da

EJA. Essas ações podem envolver atividades de reforço, retomada de conteúdos essenciais, metodologias diferenciadas e acompanhamento mais próximo, com o objetivo de promover novas oportunidades de aprendizagem e fortalecer o desenvolvimento das competências necessárias para a continuidade dos estudos. Afinal, aprender não é uma corrida de velocidade; é um processo humano, cheio de idas, vindas e recomeços e a recomposição existe justamente para garantir que ninguém fique para trás nesse caminho.

3.5. OS TEMAS INTEGRADORES

Os Temas Integradores do Documento Curricular Referencial do Município de Anguera (DCRM) buscam fazer com que o processo de ensino e aprendizagem sejam dotados de sentido, significado e função social estabelecendo uma interligação entre os componentes curriculares e as áreas do conhecimento.

Embora o município de Anguera tenha um território relativamente pequeno, há uma diversidade de situações e contextos que devem ser abordados em sala de aula para que o estudante seja inserido num contexto que ele faça relação do local, com o regional e com o global.

Nesse sentido, os Temas Integradores abaixo apresentados devem ser trabalhados de forma transversal e interdisciplinar, caracterizando o “currículo vivo” vigente do CEJA, enfatizando abordagens sociais de maneira ampla, bem como fazer o uso dos conhecimentos locais e específicos do contexto no qual os educandos estão inseridos.

Educação em Direitos Humanos

A Educação em Direitos Humanos constitui um dos pilares fundamentais da formação cidadã e assume um papel ainda mais significativo no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Trata-se de um processo educativo que busca promover uma cultura baseada no respeito à dignidade humana, fortalecendo valores como liberdade, justiça, igualdade, solidariedade, cooperação, tolerância e paz. Mais do que um conteúdo a ser transmitido, a Educação em Direitos Humanos se configura como uma prática cotidiana que orienta as relações no espaço escolar e contribui para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

Com a homologação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017) pelo Ministério da Educação reforçou-se a importância de que as escolas abordem

os chamados temas contemporâneos transversais, que dizem respeito às questões que impactam a vida humana em escala local, regional e global. Entre esses temas, a Educação em Direitos Humanos ocupa lugar de destaque, pois envolve a formação de sujeitos capazes de compreender seus direitos e deveres, respeitar as diferenças e atuar de maneira ética e responsável na sociedade.

Nesse sentido, a escola não se limita à transmissão de conteúdos curriculares, mas assume a responsabilidade de promover uma formação integral, que considere também o desenvolvimento de competências socioemocionais, da empatia e da consciência crítica.

No âmbito do CEJA, trabalhar a Educação em Direitos Humanos significa reconhecer que os estudantes da EJA carregam consigo histórias de vida marcadas por desafios sociais, experiências de trabalho, responsabilidades familiares e, muitas vezes, situações de vulnerabilidade ou de negação de direitos. Dessa forma, a escola se torna um espaço privilegiado de reflexão, diálogo e reconstrução de trajetórias, possibilitando que esses sujeitos compreendam melhor o seu papel na sociedade e fortaleçam sua autonomia enquanto cidadãos.

Inspirado na perspectiva freireana de que “ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 1987), o currículo do município de Anguera reconhece que a educação precisa estar comprometida com processos formativos que valorizem o diálogo, a participação e o respeito às diferenças. Nesse sentido, a Educação em Direitos Humanos no CEJA busca sensibilizar toda a comunidade escolar para a defesa e a promoção desses direitos em suas dimensões individuais, coletivas, econômicas, políticas, sociais e culturais, fortalecendo valores humanos que contribuam para a construção de uma sociedade mais igualitária.

No contexto da Educação de Jovens e Adultos, o trabalho com o tema gerador Direitos Humanos pode ser desenvolvido de forma contextualizada e significativa, partindo das experiências de vida dos próprios estudantes. A partir de rodas de conversa, por exemplo, é possível discutir temas como direito ao trabalho digno, direito à educação, igualdade de gênero, combate ao racismo, respeito às diferenças religiosas e culturais, violência doméstica, cidadania e participação social. Esses momentos de diálogo favorecem a troca de experiências entre os estudantes e possibilitam que o conhecimento seja construído de maneira coletiva.

Outra possibilidade consiste na realização de projetos interdisciplinares, nos quais diferentes componentes curriculares dialoguem com a temática dos direitos humanos. Em Língua Portuguesa, por exemplo, os estudantes podem produzir relatos de vida, cartas abertas ou textos argumentativos sobre situações de injustiça social. Em História e Geografia, podem ser abordados os processos históricos de conquista de direitos e as desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira. Já em Matemática, podem ser trabalhados dados estatísticos relacionados a temas como desigualdade social, acesso à educação ou violência, estimulando o pensamento crítico a partir da análise de informações concretas.

A escola também pode desenvolver ações pedagógicas voltadas para a valorização da diversidade, promovendo debates, seminários, campanhas educativas e atividades culturais que discutam temas como inclusão social, respeito às diferenças e combate a todas as formas de preconceito e discriminação. Essas iniciativas contribuem para fortalecer o sentimento de pertencimento dos estudantes ao espaço escolar e estimulam o exercício da cidadania.

Além disso, a Educação em Direitos Humanos pode ser vivenciada por meio de práticas participativas no cotidiano escolar, incentivando os estudantes a participarem de decisões coletivas, de momentos de escuta e de construção conjunta de regras de convivência. Essas experiências possibilitam que os educandos compreendam, na prática, o significado da democracia, da responsabilidade coletiva e do respeito mútuo.

Dessa forma, pensar a Educação em Direitos Humanos na EJA significa reconhecer o estudante como sujeito histórico, social e cultural, capaz de refletir criticamente sobre a realidade em que vive e de atuar na transformação dessa realidade. A escola, nesse contexto, assume o compromisso de promover práticas educativas que valorizem as experiências de vida dos educandos e que contribuam para o fortalecimento de uma cultura baseada no respeito, na justiça social e na dignidade humana.

Educação para a Diversidade

Os desafios da sociedade contemporânea exigem a construção de uma educação cada vez mais inclusiva, capaz de reconhecer e respeitar a diversidade humana, social, cultural e econômica, especialmente das populações historicamente excluídas. Nesse sentido, a escola assume um papel fundamental na promoção da

igualdade de direitos e no reconhecimento das diferenças que caracterizam os diversos grupos sociais.

De acordo com Montagner (2010), a diversidade está diretamente relacionada ao princípio da igualdade, um dos fundamentos do Estado democrático. Assim, na educação, torna-se essencial que os profissionais reconheçam a heterogeneidade presente na sociedade e garantam condições de equidade no tratamento dos diferentes grupos sociais. A equidade pressupõe que as diferenças existentes entre os sujeitos não se transformem em desigualdades no acesso aos direitos, sobretudo ao direito à educação e à aprendizagem.

A escola, por não ser um espaço social neutro, precisa exercer seu papel político-pedagógico de forma consciente, valorizando os saberes e experiências trazidos pelos estudantes e pela comunidade escolar. Ao mesmo tempo, deve garantir o acesso de todos aos conhecimentos científicos historicamente produzidos pela humanidade, independentemente de raça, etnia, gênero, orientação sexual, religião, deficiência, geração ou condição socioeconômica.

No cotidiano escolar, as relações estabelecidas entre educadores e estudantes influenciam diretamente as práticas pedagógicas e a forma como a diversidade é compreendida e vivenciada. Nesse contexto, torna-se necessário refletir sobre como os estudantes pertencentes a diferentes grupos sociais têm sido percebidos e contemplados no currículo escolar. Conforme ressalta Gomes (2007), é importante questionar se a diversidade tem sido apenas discursada ou efetivamente considerada no planejamento curricular e nas práticas educativas.

A escola deve se constituir como um espaço que promova o respeito, o acolhimento e a valorização das diferenças, estimulando a curiosidade, a criatividade, a produção cultural e científica, a solidariedade e a cidadania. Dessa forma, contribui para a formação de sujeitos críticos, autônomos e capazes de conviver de forma democrática em uma sociedade plural.

No campo das relações de gênero, torna-se fundamental que a prática pedagógica contribua para a superação de preconceitos e estereótipos relacionados ao sexo, discutindo conceitos como gênero, sexualidade e identidade de gênero. Esse trabalho deve estar alinhado aos documentos oficiais da educação, como a BNCC, a LDB e o ECA, e fundamentado em materiais pedagógicos e estudos científicos que favoreçam a reflexão crítica sobre essas temáticas.

Da mesma forma, a Educação para as Relações Étnico-Raciais ocupa lugar de destaque no currículo escolar, especialmente após a promulgação da Lei nº 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira. Essa perspectiva busca promover o reconhecimento das contribuições dos povos africanos e afro-brasileiros na formação da sociedade brasileira, além de incentivar o respeito às diferenças e o enfrentamento do racismo.

No contexto do CEJA, compreender e trabalhar a diversidade significa reconhecer a pluralidade de histórias, experiências e trajetórias dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos. Assim, a escola busca fortalecer uma comunidade escolar participativa, consciente e comprometida com a construção de uma educação democrática, que não reproduza práticas de exclusão, preconceito ou discriminação.

Nesse sentido, a Educação para a Diversidade contribui para a reflexão crítica sobre valores, atitudes e práticas sociais, favorecendo a desconstrução de preconceitos e a valorização das diferenças. Ao promover o diálogo e o respeito entre os sujeitos, a escola reafirma seu compromisso com a formação de cidadãos capazes de atuar na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.

Educação para o Trânsito

A Educação para o Trânsito constitui um importante tema integrador no currículo escolar, pois contribui para a formação de cidadãos conscientes, responsáveis e comprometidos com a preservação da vida. Em todo o mundo, busca-se construir um trânsito mais seguro por meio de ações que envolvem engenharia, educação, fiscalização e conscientização. Nesse sentido, a escola possui papel fundamental ao promover reflexões e aprendizagens que levem os estudantes a compreenderem o espaço viário como um ambiente coletivo, que exige respeito às normas, responsabilidade e cuidado com o outro. Conforme destaca o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB, p. 80), a Educação para o Trânsito não deve ter apenas caráter informativo, mas precisa integrar o processo de construção do conhecimento de crianças, jovens, adultos e idosos.

No município de Anguera, o trânsito apresenta características próprias de uma cidade de pequeno porte, com vias urbanas sinalizadas e presença de faixas de pedestres, não havendo necessidade de semáforos. O deslocamento da população ocorre, em grande parte, por meio de transporte alternativo entre as comunidades rurais e por linhas de ônibus intermunicipais. Nesse contexto,

conforme destaca o Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM, p. 53), torna-se importante desenvolver ações educativas que fortaleçam a consciência coletiva sobre o uso responsável do espaço público, respeitando as normas de circulação e priorizando a segurança de todos.

Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), esse tema pode ser trabalhado a partir das experiências de vida dos próprios estudantes, que já vivenciam cotidianamente o trânsito como pedestres, motociclistas, ciclistas ou motoristas. Entre as possibilidades pedagógicas, podem ser desenvolvidas rodas de conversa sobre situações do cotidiano no trânsito da cidade, análise de notícias e dados estatísticos sobre acidentes, debates sobre responsabilidade e cidadania no espaço público, além da produção de cartazes educativos e campanhas de conscientização voltadas para a comunidade.

Outra estratégia pedagógica consiste na realização de atividades interdisciplinares, como estudos sobre sinalização e legislação de trânsito nas aulas de Língua Portuguesa e Ciências Humanas, resolução de problemas envolvendo distância, velocidade e tempo nas aulas de Matemática, e elaboração de mapas ou percursos seguros da cidade. Também podem ser organizadas palestras com profissionais da área, visitas orientadas pelas ruas da cidade para observação da sinalização, ou ainda projetos escolares que incentivem atitudes responsáveis no trânsito.

Assim, ao integrar a Educação para o Trânsito ao currículo da EJA, o CEJA contribui para a formação de sujeitos mais conscientes de seus direitos e deveres no espaço público, promovendo uma cultura de respeito, responsabilidade e preservação da vida. Mais do que conhecer regras, os estudantes são convidados a refletir sobre suas práticas cotidianas, reconhecendo que cada atitude no trânsito impacta diretamente na segurança coletiva e na construção de uma convivência social mais ética e cidadã.

Saúde na Escola

A saúde, assim como a educação, é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988. Em seu Art. 6º, estabelece que saúde, educação, trabalho, moradia, lazer e segurança são direitos sociais assegurados a todos os cidadãos. Dessa forma, a saúde deve ser compreendida como um direito universal, que precisa ser garantido pelo Estado por meio de políticas públicas que promovam

a prevenção de doenças, o acesso aos serviços de saúde e a melhoria da qualidade de vida da população.

Nesse contexto, o tema integrador Saúde na Escola assume grande relevância no currículo das instituições de ensino, especialmente no município de Anguera. Conforme aponta o Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM, 2020, p. 55), a abordagem desse tema permite desenvolver ações educativas que dialoguem com a realidade local, contribuindo para a construção de estratégias de enfrentamento dos principais problemas de saúde identificados no município, a partir de dados levantados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Entre os desafios apontados destacam-se as doenças crônicas não transmissíveis, como obesidade e sedentarismo, transtornos mentais, uso abusivo de drogas, doenças respiratórias e cardiovasculares, além de problemas relacionados aos determinantes sociais, como desemprego, mobilidade urbana e saneamento básico. Diante desse cenário, a escola se constitui como espaço privilegiado para o desenvolvimento de práticas educativas que promovam a conscientização e o cuidado com a saúde.

Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), o tema pode ser trabalhado por meio de rodas de conversa sobre hábitos saudáveis, debates sobre saúde mental e qualidade de vida, campanhas educativas, produção de cartazes informativos, além de projetos interdisciplinares voltados à prevenção de doenças e à promoção do bem-estar. Também podem ser desenvolvidas parcerias com a Secretaria de Saúde para realização de palestras, campanhas de vacinação, ações de prevenção às infecções sexualmente transmissíveis, combate às arboviroses e orientações sobre o uso de álcool, tabaco e outras drogas.

Assim, ao integrar o tema Saúde na Escola ao currículo, o CEJA contribui para a formação de estudantes mais conscientes sobre o cuidado consigo mesmos e com a coletividade, fortalecendo atitudes de prevenção, autocuidado e promoção da qualidade de vida, elementos essenciais para o desenvolvimento integral dos sujeitos.

Educação Ambiental

A Educação Ambiental, indicada como um dos temas integradores pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC, compreende um processo contínuo de formação voltado à construção de valores, conhecimentos e atitudes que favoreçam uma relação mais equilibrada entre o ser humano e o meio ambiente. A Lei Estadual

nº 12.056/2011 define a Educação Ambiental como um conjunto de ações permanentes de sensibilização e reflexão sobre o cuidado com a natureza, especialmente em relação à fauna, à flora e aos recursos hídricos.

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 225, estabelece que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo dever do poder público e da sociedade preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Nesse sentido, a Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, determina a inserção dessa temática em todos os níveis de ensino, incluindo a Educação de Jovens e Adultos (EJA), reconhecendo a escola como espaço fundamental para a formação de sujeitos conscientes e comprometidos com a sustentabilidade.

O Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) destaca a importância de desenvolver práticas educativas que relacionem as questões ambientais globais com a realidade local, incentivando a adoção de hábitos sustentáveis e a valorização do ambiente em que se vive. Dessa forma, busca-se formar cidadãos críticos e responsáveis quanto ao uso dos recursos naturais e à preservação do meio ambiente.

Na EJA, a Educação Ambiental pode ser trabalhada por meio de atividades práticas e contextualizadas, como projetos de reciclagem e reaproveitamento de materiais, debates sobre consumo consciente, estudos sobre o uso da água e a preservação dos recursos naturais, produção de hortas escolares, campanhas de conscientização ambiental e análise de problemas ambientais presentes na comunidade. Essas ações possibilitam relacionar o conteúdo escolar com as experiências de vida dos estudantes, fortalecendo aprendizagens significativas.

Assim, ao integrar a Educação Ambiental ao seu Projeto Político-Pedagógico, o CEJA reafirma o compromisso com a formação integral dos estudantes, estimulando a reflexão crítica, o cuidado com o meio ambiente e a construção de práticas sociais mais sustentáveis e responsáveis.

Educação Financeira e para o Consumo

A Educação Financeira e para o Consumo é apresentada no Documento Curricular Referencial da Bahia como um tema integrador voltado à formação de estudantes capazes de compreender e utilizar, de forma consciente, conceitos relacionados ao dinheiro, ao trabalho e ao consumo. Trata-se de um processo educativo que busca desenvolver conhecimentos e atitudes que favoreçam o

planejamento financeiro, o uso responsável dos recursos e a tomada de decisões equilibradas diante das necessidades pessoais, familiares e sociais.

Na sociedade contemporânea, muitas vezes o ter acaba se sobrepondo ao ser, o que amplia a necessidade de refletir sobre hábitos de consumo, prioridades e escolhas. Nesse contexto, a Educação Financeira contribui para o desenvolvimento de comportamentos financeiros mais conscientes, estimulando os estudantes a compreenderem como, por que e para que consumimos. Conforme destaca o DCRM, esse tema integrador busca fortalecer a autonomia dos estudantes para que possam planejar melhor sua vida financeira e construir seus projetos de vida com mais segurança.

Na Educação de Jovens e Adultos, essa temática ganha ainda mais relevância, pois muitos estudantes já vivenciam responsabilidades econômicas em seu cotidiano, seja no trabalho, na organização do orçamento familiar ou na administração de despesas. Por isso, discutir educação financeira na EJA significa dialogar diretamente com a realidade desses sujeitos, valorizando suas experiências e ampliando seus conhecimentos sobre planejamento, economia e consumo consciente.

Em sala de aula, o tema pode ser trabalhado por meio de atividades práticas e contextualizadas, como a elaboração de planejamentos de orçamento familiar, debates sobre consumo consciente, análise de propagandas e estratégias de marketing, simulações de organização de gastos mensais, reflexões sobre endividamento e poupança, além de projetos voltados ao empreendedorismo e geração de renda. Essas ações possibilitam que os estudantes relacionem o conteúdo escolar com situações reais do cotidiano.

Dessa forma, o CEJA busca desenvolver práticas pedagógicas que estimulem a autonomia e o protagonismo dos estudantes da EJA, incentivando a construção de uma cultura de planejamento financeiro, consumo responsável e iniciativa empreendedora, contribuindo para que possam enfrentar desafios econômicos e ampliar suas possibilidades de organização da vida pessoal e profissional.

3.6. ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC'S)

As Atividades Complementares (AC) constituem um importante espaço de fortalecimento do planejamento pedagógico no CEJA. Esses momentos ocorrem a cada oito dias e envolvem os professores dos anos iniciais e dos anos finais da Educação de Jovens e Adultos. Durante as quatro horas destinadas ao planejamento, são promovidos momentos de diálogo, escuta, troca de experiências e construção coletiva de estratégias pedagógicas, possibilitando que os docentes alinhem suas práticas a partir dos temas geradores, subtemas e objetos de conhecimento trabalhados com os estudantes.

Nesse sentido, as Atividades Complementares representam um momento significativo para a reflexão sobre a prática docente e para o aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem dos jovens e adultos atendidos pela escola. Trata-se de um espaço de estudo, planejamento e organização das ações pedagógicas que contribuem para a qualidade do trabalho desenvolvido em sala de aula.

No 1º Segmento da EJA, as Atividades Complementares são realizadas duas vezes por semana, nas segundas-feiras e terças-feiras. Nesses dias, os professores utilizam uma sala reservada para a realização do planejamento das aulas, participação em momentos formativos, leitura de documentos institucionais, comunicação de informes da gestão escolar, além da organização e correção de atividades pedagógicas.

Já no 2º Segmento da EJA, as Atividades Complementares acontecem às terças-feiras e sextas-feiras, sendo realizadas na sala dos professores. Durante esses encontros são desenvolvidas diversas ações, como momentos de formação continuada, leitura e discussão de documentos institucionais encaminhados pela Secretaria Municipal de Educação, organização e acompanhamento de documentos do Atendimento Educacional Especializado (AEE), planejamento e execução de projetos pedagógicos, além da análise e acompanhamento das avaliações dos componentes curriculares do segmento.

Dessa forma, as Atividades Complementares consolidam-se como um espaço coletivo de planejamento, estudo e organização do trabalho pedagógico, fortalecendo a prática docente e contribuindo para a construção de uma educação mais significativa para os estudantes da Educação de Jovens e Adultos.

3.7. PERFIS ESPERADOS DO PROFESSOR E DO ALUNO

Perfil da Docência

O papel do docente na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é fundamental para garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes que retornam à escola em busca de novas oportunidades de aprendizagem. Ensinar na EJA exige sensibilidade, compromisso e um olhar atento para as trajetórias de vida dos educandos, reconhecendo seus saberes, experiências e potencialidades. O professor precisa compreender que muitos desses estudantes enfrentam desafios cotidianos, como preconceito, dificuldades econômicas, responsabilidades familiares e jornadas de trabalho exaustivas, o que demanda uma postura acolhedora, flexível e profundamente humana no processo educativo.

Nesse contexto, o trabalho docente deve articular relações humanas significativas com saberes pedagógicos especializados. De acordo com as reflexões de Dermeval Saviani (1996), o professor necessita mobilizar diferentes tipos de conhecimentos, como o saber atitudinal, o saber crítico-contextual, o saber específico, o saber pedagógico e o saber didático-curricular, que juntos fundamentam uma prática pedagógica consciente e comprometida com a formação integral do estudante. Dessa forma, torna-se indispensável que o docente da EJA se aproprie dos documentos orientadores da modalidade, como o Projeto Político-Pedagógico (PPP), o Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM), o OCEJA e os planos de curso dos componentes curriculares, pois são esses instrumentos que organizam e direcionam o trabalho pedagógico.

Essas orientações dialogam com os princípios da educação popular defendidos por Paulo Freire, que compreende o estudante como sujeito ativo do próprio processo de aprendizagem. Assim, o docente assume o papel de mediador do conhecimento, promovendo metodologias que valorizem o diálogo, a reflexão crítica e a participação dos educandos. Mais do que transmitir conteúdos, o professor da EJA contribui para que esses conhecimentos se tornem instrumentos de leitura e compreensão da realidade, permitindo que os estudantes construam uma visão crítica, organizada e significativa do mundo. Nesse sentido, ensinar na EJA é também um ato de compromisso social, pois cada aula pode representar a reconstrução de trajetórias interrompidas e a abertura de novos horizontes para aqueles que decidiram recomeçar pela educação.

Perfil do Estudante

O estudante da Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresenta um perfil marcado pela diversidade de experiências, trajetórias e expectativas. Diferentemente de outras etapas da educação básica, o aluno da EJA geralmente retorna à escola após períodos de afastamento dos estudos, trazendo consigo vivências do mundo do trabalho, da família e da vida em sociedade. Essas experiências constituem um importante repertório de saberes que deve ser valorizado no processo educativo, pois contribui para a construção de aprendizagens significativas. Nesse sentido, espera-se que o estudante da EJA se reconheça como sujeito ativo em seu processo formativo, participando das atividades escolares com interesse, responsabilidade e disposição para aprender e compartilhar conhecimentos.

Ao mesmo tempo, o perfil do educando da EJA envolve características como persistência, desejo de superação e busca por melhores condições de vida. Muitos desses estudantes enfrentam desafios diários, como conciliar estudo, trabalho e responsabilidades familiares, o que exige esforço e compromisso para permanecer na escola. Assim, espera-se que o aluno desenvolva atitudes de autonomia, organização e participação coletiva, compreendendo a escola como um espaço de crescimento pessoal, social e profissional.

Nessa perspectiva, o estudante da EJA não é apenas um receptor de conteúdos, mas um protagonista de sua própria aprendizagem. Inspirada nos princípios da educação libertadora defendidos por Paulo Freire, a EJA busca formar sujeitos críticos, capazes de interpretar a realidade em que vivem e atuar de forma consciente na sociedade. Dessa forma, o perfil esperado do aluno da EJA é o de alguém que, ao longo de sua trajetória escolar, fortaleça a capacidade de refletir, dialogar, construir conhecimentos e transformar sua própria história por meio da educação.

4. ETAPAS DO ENSINO

4.1. ENSINO FUNDAMENTAL

Atualmente, a educação escolar brasileira está organizada em dois níveis de ensino: a Educação Básica e a Educação Superior. A Educação Básica é formada por três etapas – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Assim, a etapa ofertada no CEJA é o Ensino Fundamental anos Iniciais do (1º ao 5º ano) e anos Finais do (6º ao 9º ano), para os sujeitos de 15 a 17 anos de idade, por meio de atividades educativas própria do sua faixa etária com base nos aspectos de princípio lógicos e teórico-metodológicos, em diálogo com as várias adolescências, respeitando seu tempo/espço. O ensino fundamental também se estabelece para os maiores de 18 anos, levando-se em consideração as características e aspectos da condição de vida e trabalho da juventude e adultez, bem como para os idosos, compreendendo todo Ensino Fundamental e sobretudo fortalecer sua formação ao longo da vida.

A Portaria SEC Nº 02/2010, que regulamentou o Ensino Fundamental de 09 Anos na Rede Municipal de Ensino de Anguera, considera que o currículo desta etapa da Educação Básica deve garantir aos estudantes:

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
 - II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores que fundamentam a sociedade;
 - III - a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
 - IV - o fortalecimento dos vínculos da família, dos laços da solidariedade humana e de respeito recíproco em que se assenta a vida social.
- (Artigo 13, Portaria SEC Nº 02/2020).

Na oferta do Ensino Fundamental, o CEJA assim com as escolas da Rede Municipal tem o currículo fundamentado no DCRM, promovendo a oferta dos componentes da Base Nacional Comum, inserindo, de forma transversal, conhecimentos locais e regionais que contemplam a parte diversificada. Especificamente nos Anos Finais do Ensino Fundamental, será introduzido o componente curricular diversificado 'Empreendedorismo Local e Regional'. (DCRM, 2020, p. 106).

4.1.1. Anos Iniciais

O I Segmento da Educação de Jovens e Adultos (EJA), correspondente aos anos iniciais do Ensino Fundamental, constitui uma etapa fundamental para a retomada da trajetória escolar de jovens, adultos e idosos que, por diferentes motivos, não tiveram acesso ou continuidade aos estudos na idade regular. Nesse contexto, o processo educativo deve considerar não apenas o desenvolvimento das aprendizagens básicas como leitura, escrita e cálculo, mas também as experiências de vida que os estudantes trazem consigo. Assim, a escola precisa valorizar os conhecimentos construídos no cotidiano, fortalecer valores pessoais e sociais, estimular atitudes de solidariedade, respeito e convivência comunitária, além de ampliar a compreensão de mundo a partir da realidade em que cada estudante está inserido.

Vivemos em uma sociedade marcada por rápidas transformações sociais, culturais e tecnológicas, que impactam diretamente as formas de comunicação, de acesso à informação e de construção do conhecimento. Como destaca Mario Sergio Cortella, essas mudanças exigem que a educação esteja constantemente se reorganizando para responder às novas demandas da sociedade. Dessa forma, o trabalho pedagógico na EJA precisa ser flexível, contextualizado e comprometido com a formação humana, reconhecendo que cada estudante possui um ritmo próprio de aprendizagem e uma trajetória singular.

No **I Segmento da EJA**, a alfabetização e o letramento constituem eixos centrais do processo educativo. No CEJA, o planejamento pedagógico é organizado com base nos documentos curriculares do município, especialmente no Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM), o OCEJA que é organizado especificamente para a EJA e tem o papel de orientar o desenvolvimento de práticas educativas voltadas para a mobilização, consolidação e ampliação das aprendizagens. Para isso, são utilizadas metodologias ativas que valorizam os temas geradores, os subtemas e os objetos de conhecimento previstos para cada etapa letiva, favorecendo a construção do conhecimento de forma significativa e relacionada à realidade dos estudantes.

Nos casos em que os estudantes ainda não estão plenamente alfabetizados, mesmo estando em etapas mais avançadas dentro do segmento, torna-se necessário desenvolver estratégias pedagógicas diferenciadas que fortaleçam as

habilidades de leitura, escrita e compreensão textual, respeitando o ritmo de aprendizagem de cada educando. Esse trabalho exige acompanhamento constante e intervenções pedagógicas que possibilitem novas oportunidades de aprendizagem ao longo do processo formativo.

A efetivação da proposta curricular da EJA no município de Anguera ocorre por meio do diálogo permanente entre professores, supervisão e coordenação pedagógica, especialmente nos momentos de planejamento e socialização das práticas educativas. Esse trabalho coletivo considera a diversidade cultural, social e local da vida dos estudantes, valorizando os conhecimentos adquiridos ao longo de suas experiências e articulando-os aos objetos de conhecimento desenvolvidos em cada componente curricular. Dessa forma, busca-se contribuir para a formação humana integral dos educandos.

Nesse percurso, as práticas pedagógicas podem favorecer a construção e ampliação de conhecimentos, saberes, valores e experiências por meio de diferentes estratégias didáticas, como tertúlias dialógicas e literárias, atividades em grupo, pesquisas, momentos de socialização de aprendizagens, debates e outras atividades que promovam o diálogo e a participação ativa dos estudantes. Assim, o processo de ensino, aprendizagem e avaliação formativa se concretiza na vivência cotidiana da sala de aula, por meio da participação, da frequência e do envolvimento dos estudantes nas atividades propostas, fortalecendo o protagonismo e o compromisso com a própria aprendizagem.

4.1.2. Anos Finais

Em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, e com o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), o município de Anguera instituiu o Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM), aprovado pelo Conselho Municipal de Educação por meio da Resolução CME nº 01, de 31 de março de 2022.

Esses documentos orientam a organização curricular e as práticas pedagógicas em toda a educação básica do município, incluindo a Educação de Jovens e Adultos (EJA). No contexto do II Segmento da EJA, correspondente aos anos finais do Ensino Fundamental, tais referenciais indicam os princípios, competências e habilidades que devem orientar o trabalho pedagógico nas

diferentes áreas do conhecimento, garantindo que o processo educativo dialogue com a realidade social, cultural e histórica dos estudantes.

Além desses documentos estruturantes, a rede municipal de ensino de Anguera passou a contar também com o Organizador Curricular da Educação de Jovens e Adultos (OCEJA), documento específico que orienta o currículo da modalidade. O OCEJA foi elaborado por uma equipe técnico-pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, a partir de estudos sobre a realidade dos estudantes da EJA, análises das formas de oferta da modalidade e contribuições de professores e coordenadores pedagógicos da rede. O documento foi aprovado pelo Conselho Municipal de Educação e regulamentado por meio da Resolução CME nº 06/2024, passando a nortear o planejamento docente e as aprendizagens essenciais que devem ser garantidas aos estudantes da EJA no município.

Nesse cenário, o OCEJA dialoga diretamente com a BNCC, o DCRB e o DCRM, funcionando como um instrumento organizador das práticas pedagógicas voltadas especificamente para o público jovem, adulto e idoso atendido pela modalidade. O documento apresenta orientações curriculares, sugestões metodológicas e referências para o planejamento didático, permitindo que os professores desenvolvam práticas pedagógicas mais contextualizadas, considerando as experiências de vida, os saberes construídos no cotidiano e as necessidades formativas dos estudantes da EJA.

No II Segmento da EJA, etapa que corresponde aos anos finais do Ensino Fundamental, o currículo passa a ser organizado por componentes curriculares específicos, ministrados por professores especialistas em cada área do conhecimento. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica destacam que essa organização exige atenção pedagógica, pois pode representar um momento de adaptação para os estudantes diante das diferentes metodologias e exigências de cada disciplina. Nesse sentido, torna-se fundamental que o trabalho pedagógico seja articulado e integrado, favorecendo a continuidade das aprendizagens e a construção de conhecimentos significativos.

Outro aspecto essencial nessa etapa é o processo de avaliação da aprendizagem, compreendido como uma prática contínua e reflexiva que contribui para o aprimoramento do ensino e para o acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes. No CEJA, a avaliação nos anos finais da EJA ocorre por componente curricular, considerando tanto os aspectos qualitativos quanto quantitativos do

processo educativo. Assim, são observadas as interações, a participação e o envolvimento dos estudantes nas atividades em sala de aula, bem como a realização de instrumentos avaliativos como produções escritas, atividades individuais e coletivas e avaliações com questões objetivas e discursivas ao final de cada etapa letiva.

Na proposta curricular do município, as competências e habilidades previstas para cada componente curricular buscam promover o desenvolvimento integral dos estudantes nas diferentes áreas do conhecimento. Para isso, os professores planejam atividades pedagógicas e complementares organizadas de forma didática e contextualizada, garantindo condições para que os estudantes compreendam os conteúdos trabalhados e consigam relacioná-los com sua realidade social, cultural e profissional.

O Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) também destaca a importância da parte diversificada do currículo, que respeita e valoriza as características locais e regionais, complementando as orientações da BNCC. Essa organização curricular possibilita que a escola trabalhe saberes historicamente construídos pela comunidade, aproximando o conhecimento escolar da realidade vivenciada pelos estudantes. Quando a história local é incorporada como estratégia pedagógica, fortalece a relação entre escola e comunidade, permitindo que professores e estudantes se reconheçam como sujeitos participantes de processos históricos e sociais.

Nessa perspectiva, tanto o DCRM quanto o OCEJA contribuem para que os estudantes do II Segmento da EJA compreendam que suas trajetórias de vida, experiências e conhecimentos fazem parte do processo educativo. Ao valorizar esses saberes e articulá-los aos conhecimentos científicos e escolares, a escola favorece a formação crítica dos educandos, ampliando suas possibilidades de leitura de mundo e fortalecendo uma educação comprometida com a formação humana integral.

5. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

5.1. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A **Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva** constitui-se como uma modalidade de ensino que perpassa todas as etapas e níveis da Educação Básica, tendo como objetivo assegurar o direito à aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), essa perspectiva assume um papel ainda mais relevante, pois muitos educandos que retornam à escola trazem consigo trajetórias marcadas por exclusão escolar, dificuldades de aprendizagem e ausência de acompanhamento especializado em etapas anteriores da vida escolar.

Dessa forma, a educação inclusiva busca garantir que esses estudantes tenham acesso a práticas pedagógicas que respeitem suas singularidades, assegurando o desenvolvimento de suas potencialidades, autonomia e participação plena no processo educativo.

No Brasil, a educação inclusiva encontra respaldo em importantes dispositivos legais. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 205, que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa e ao exercício da cidadania. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996, em seu artigo 58, define a Educação Especial como uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, destinada aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Outro importante marco legal é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que orienta os sistemas de ensino a promoverem a escolarização desses estudantes em classes comuns, garantindo apoio pedagógico especializado por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Soma-se a isso a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015, que reforça o direito à educação inclusiva em todos os níveis de ensino, assegurando condições de acessibilidade, recursos

pedagógicos adequados e profissionais capacitados para o atendimento das necessidades educacionais específicas.

No município, conforme as orientações divulgadas pela Secretaria Municipal de Educação, a política de educação inclusiva busca assegurar a matrícula, a permanência e o desenvolvimento educacional dos estudantes público-alvo da Educação Especial, promovendo práticas pedagógicas que valorizem a diversidade humana e combatam qualquer forma de exclusão ou discriminação. Essa política orienta as unidades escolares a desenvolverem ações que favoreçam a inclusão escolar, a acessibilidade pedagógica e a articulação entre professores, equipe pedagógica, profissionais especializados e famílias.

No contexto da Educação de Jovens e Adultos, a inclusão exige sensibilidade e compreensão das trajetórias de vida dos estudantes. Muitos educandos chegam à EJA após experiências escolares interrompidas ou marcadas por dificuldades de aprendizagem não identificadas anteriormente. Assim, a escola assume o compromisso de acolher esses sujeitos, reconhecer seus saberes construídos ao longo da vida e criar condições pedagógicas que favoreçam sua aprendizagem e permanência no ambiente escolar.

Nesse sentido, o CEJA tem buscado fortalecer as práticas de educação inclusiva, assegurando o atendimento aos estudantes com necessidades educacionais específicas. Uma das estratégias fundamentais para essa garantia é a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), realizado na própria escola, em espaço destinado a esse atendimento. Nesse ambiente, os estudantes recebem acompanhamento individualizado ou em pequenos grupos, com foco no desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e pedagógicas que contribuam para sua participação nas atividades da sala de aula regular.

No caso da unidade escolar, o AEE é realizado por uma psicopedagoga, profissional que desempenha papel essencial na identificação e no acompanhamento das dificuldades de aprendizagem. A psicopedagoga atua tanto no atendimento direto aos estudantes quanto no apoio aos professores, orientando estratégias pedagógicas que favoreçam a inclusão e o desenvolvimento dos educandos. Seu trabalho envolve a análise dos processos de aprendizagem, a elaboração de intervenções pedagógicas específicas e o acompanhamento contínuo do progresso dos estudantes atendidos.

Esse acompanhamento psicopedagógico contribui significativamente para que os educandos da EJA possam superar dificuldades historicamente acumuladas em sua trajetória escolar, permitindo que avancem em seu processo de aprendizagem de forma mais segura e confiante. Além disso, o trabalho da psicopedagoga favorece o diálogo entre escola, família e equipe pedagógica, fortalecendo uma rede de apoio voltada ao sucesso educacional dos estudantes.

A construção de uma escola inclusiva envolve também a participação ativa dos professores e demais profissionais da educação. No cotidiano escolar, torna-se necessário desenvolver práticas pedagógicas flexíveis, capazes de considerar os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem presentes nas turmas da EJA. Isso implica na adoção de metodologias diversificadas, no uso de recursos pedagógicos adaptados e na valorização das experiências de vida dos estudantes como parte do processo educativo.

Nesse contexto, a avaliação da aprendizagem também deve ser compreendida de forma inclusiva. Para estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento ou altas habilidades, pode ser necessário adotar estratégias de flexibilização curricular, selecionando as habilidades essenciais a serem desenvolvidas e adequando os instrumentos avaliativos às necessidades específicas de cada educando. Esse processo é orientado pelo Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), documento que registra as estratégias pedagógicas, os objetivos de aprendizagem e o acompanhamento do progresso do estudante.

Nas turmas regulares da EJA, recomenda-se que os instrumentos de avaliação sejam os mesmos aplicados aos demais estudantes, respeitando o princípio da inclusão. Contudo, podem ser realizadas adaptações quando necessário, garantindo que o processo avaliativo considere as potencialidades do aluno e não apenas suas limitações. Além das avaliações formais, os professores também podem registrar observações qualitativas sobre o desenvolvimento do estudante, contribuindo para uma compreensão mais ampla de seu percurso de aprendizagem.

A educação inclusiva também exige o enfrentamento de barreiras que historicamente dificultam a participação plena dos estudantes no ambiente escolar. Essas barreiras podem ser arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas ou atitudinais, manifestando-se desde a ausência de acessibilidade física até práticas discriminatórias ou preconceituosas. Superar essas barreiras é um compromisso

coletivo da escola, que deve promover uma cultura institucional pautada no respeito às diferenças e na valorização da diversidade.

Nesse sentido, compreender a inclusão significa reconhecer que cada estudante possui características, experiências e potencialidades próprias. A diversidade não deve ser vista como obstáculo, mas como elemento enriquecedor do processo educativo. Uma escola inclusiva é aquela que acolhe as diferenças e constrói caminhos pedagógicos que permitam a todos aprender e participar do ambiente escolar.

Outro aspecto fundamental para o fortalecimento da educação inclusiva é a participação da família. O diálogo entre escola e família contribui para que os estudantes recebam apoio tanto no ambiente escolar quanto em seu contexto de vida. A presença e o acompanhamento familiar favorecem o desenvolvimento emocional e social do estudante, além de fortalecer os vínculos com a escola.

Assim, ao desenvolver ações voltadas à inclusão, o CEJA reafirma seu compromisso com uma educação que respeita a diversidade e reconhece o valor de cada sujeito. Mais do que cumprir dispositivos legais, a escola busca construir um ambiente acolhedor, no qual cada estudante da EJA seja reconhecido em sua história, em suas potencialidades e em seu direito de aprender.

Dessa forma, a educação inclusiva se consolida como um processo contínuo de transformação das práticas pedagógicas, das relações humanas e das estruturas institucionais, com o objetivo de garantir que todos os estudantes tenham oportunidades reais de aprendizagem e de desenvolvimento integral. Trata-se, em essência, de reconhecer que a escola é um espaço de encontro entre diferentes histórias de vida e que é justamente nessa diversidade que reside uma das maiores riquezas do processo educativo.

5.2. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

A educação, quando pensada a partir da realidade dos sujeitos que a vivenciam, torna-se mais significativa, humana e transformadora. No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), essa reflexão ganha ainda mais importância quando consideramos a presença de estudantes oriundos do campo, que carregam consigo histórias de vida, saberes tradicionais e experiências construídas no trabalho, na família e na comunidade rural.

Nesse sentido, o Conselho Estadual de Educação da Bahia, por meio da Resolução nº 103, estabelece em seu Art. 1º que a escola do campo não deve ser definida apenas pelo critério geográfico que separa o urbano do rural, mas principalmente pelos sujeitos que a compõem e a quem a educação se destina. Assim, são consideradas escolas do campo tanto aquelas situadas em áreas rurais, conforme caracterização do IBGE, quanto aquelas localizadas em áreas urbanas que atendem prioritariamente populações do campo (BAHIA, 2015).

Essa compreensão amplia o olhar sobre a educação e rompe com uma visão limitada que, historicamente, associou o campo ao atraso ou à ausência de desenvolvimento. Durante muito tempo, prevaleceu o modelo de educação rural, que simplesmente transportava para o campo os currículos e práticas pedagógicas pensadas para a cidade, sem considerar as especificidades culturais, sociais e econômicas da população rural. Em contraposição, emerge a concepção de Educação do Campo, que valoriza a identidade, a história e os modos de vida das comunidades campesinas, reconhecendo que os sujeitos do campo possuem saberes próprios, construídos ao longo das gerações e profundamente ligados à terra, ao trabalho e às relações comunitárias.

Nesse cenário, o Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), embora localizado na sede do município, recebe um número significativo de estudantes provenientes da zona rural. São homens e mulheres que muitas vezes conciliam a jornada de estudos com o trabalho no campo, na agricultura familiar, na criação de animais ou em outras atividades ligadas à vida rural. Muitos percorrem longas distâncias para chegar à escola, trazendo consigo histórias de luta, de resistência e de esperança na educação como caminho de transformação pessoal e social.

Essa realidade exige da escola um olhar sensível e comprometido com a valorização dessas trajetórias. Assim, o CEJA busca desenvolver práticas pedagógicas que dialoguem com o cotidiano dos estudantes do campo, reconhecendo que a educação não pode se limitar apenas aos conteúdos formais previstos nos documentos curriculares. Pelo contrário, ela deve também incorporar os saberes da vida, da terra, da cultura e das relações comunitárias que fazem parte da identidade desses educandos.

Nessa perspectiva, a Educação do Campo vai além de uma simples modalidade de ensino. Ela representa um movimento histórico construído a partir das lutas sociais de trabalhadores rurais, movimentos sociais e comunidades

tradicionais que reivindicaram o direito a uma educação que respeitasse sua identidade e suas necessidades. Como afirma Fernandes (2002), pensar a educação do campo significa defender o direito que as pessoas têm de compreender o mundo a partir do lugar onde vivem, da terra que pisam e da realidade que constroem diariamente. Quando a educação ignora esse contexto, corre-se o risco de produzir um conhecimento distante da vida real dos estudantes, dificultando a construção de sua identidade e de seu pertencimento social.

Com base nesse entendimento, o CEJA procura desenvolver um ensino que articule os conhecimentos previstos nos documentos curriculares oficiais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) e o Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) com os saberes populares e as experiências de vida dos educandos. Essa articulação possibilita que o processo de ensino e aprendizagem se torne mais significativo, pois conecta o conhecimento escolar às vivências concretas dos estudantes.

Nesse contexto, os professores buscam inserir em suas práticas pedagógicas elementos da cultura local, valorizando histórias, tradições e manifestações culturais presentes nas comunidades rurais. Atividades que envolvem relatos de vida, entrevistas com moradores mais antigos da comunidade, pesquisas sobre a história local e apresentações culturais tornam-se estratégias importantes para fortalecer o sentimento de pertencimento e identidade dos estudantes.

Além disso, são valorizadas práticas culturais tradicionais, como cantigas populares, parlendas, histórias do imaginário rural, festas tradicionais e narrativas ligadas à religiosidade e ao folclore local. Essas atividades, muitas vezes realizadas de forma lúdica e interdisciplinar, contribuem para que os estudantes reconheçam o valor de sua própria cultura e compreendam que seus saberes também fazem parte da construção do conhecimento.

Outro aspecto fundamental é a valorização das histórias de vida dos próprios educandos. No CEJA, os estudantes são frequentemente convidados a compartilhar suas experiências de trabalho, suas memórias familiares e os conhecimentos adquiridos no convívio com a terra e com a comunidade. Essas narrativas tornam-se fonte de aprendizagem coletiva, permitindo que a escola reconheça e legitime os saberes historicamente construídos pelos sujeitos do campo.

Entretanto, é importante reconhecer que a consolidação plena da Educação do Campo ainda representa um desafio. A construção de práticas pedagógicas que

realmente contemplem suas especificidades envolve processos contínuos de formação docente, reflexão coletiva e diálogo com a comunidade. Nesse sentido, o CEJA vem buscando avançar gradativamente nessa direção, especialmente por meio da elaboração e reelaboração de seu Projeto Político-Pedagógico, das formações promovidas pela Secretaria Municipal de Educação de Anguera e das experiências vivenciadas no cotidiano escolar.

A Educação do Campo, portanto, não se limita ao desenvolvimento de competências e habilidades previstas nos currículos oficiais. Ela exige também a valorização das dimensões sociais, culturais, históricas e econômicas que constituem a vida dos sujeitos do campo. Reconhecer essas dimensões significa compreender que a escola deve contribuir não apenas para a aprendizagem de conteúdos, mas também para o fortalecimento da identidade, da autoestima e do protagonismo dos estudantes.

Nesse sentido, a educação assume um papel fundamental na formação do ser humano enquanto sujeito social, capaz de compreender sua realidade, valorizar suas origens e atuar de forma crítica e consciente na sociedade. A Educação do Campo, ao reconhecer os sujeitos rurais como produtores de conhecimento e agentes de transformação social, contribui para superar visões preconceituosas e estereotipadas que historicamente marginalizaram essas populações.

Assim, o CEJA reafirma seu compromisso com a construção de uma educação inclusiva, contextualizada e socialmente comprometida, que respeite as diferenças, valorize as identidades e reconheça a diversidade cultural presente em sua comunidade escolar. Ao integrar os conhecimentos científicos com os saberes populares e as experiências de vida dos estudantes, a escola busca contribuir para a formação integral de seus educandos, fortalecendo o vínculo entre educação, cultura e território.

Dessa forma, a Educação do Campo no CEJA constitui-se como um caminho de valorização das histórias, das identidades e dos saberes dos sujeitos do campo, reafirmando o papel da escola como espaço de diálogo, de construção coletiva do conhecimento e de promoção da dignidade humana.

5.3. A POLÍTICA DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017 e atualizada em 2022 para contemplar as competências digitais e o pensamento computacional, constitui-se como um marco orientador das aprendizagens essenciais que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo da Educação Básica. Em consonância com esse documento, o componente curricular Computação surge como uma área estratégica para a formação integral dos alunos, promovendo o desenvolvimento de habilidades cognitivas, criativas e éticas relacionadas ao uso e à compreensão crítica das tecnologias digitais.

No CEJA, a inserção do componente Computação no Projeto Político-Pedagógico (PPP) representa um compromisso com a inovação, à equidade e a formação de sujeitos capazes de atuar de forma crítica e produtiva em uma sociedade cada vez mais mediada pela tecnologia.

O objetivo central dessa integração é proporcionar aos estudantes não apenas o domínio instrumental de ferramentas digitais, mas, sobretudo, o desenvolvimento do pensamento computacional, entendido como a capacidade de formular problemas e soluções de maneira lógica, sequencial e criativa, utilizando estratégias que podem ser aplicadas em diferentes contextos da vida cotidiana e acadêmica.

O Conselho Municipal de Educação (CME) aprovou o Complemento Computação ao Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) da rede municipal de ensino de Anguera. Essa aprovação consta na Resolução CME nº 03/2024.

A BNCC define que a Computação deve articular quatro eixos estruturantes: Pensamento Computacional, Cultura Digital, Mundo Digital e Inteligência Artificial. Cada um desses eixos contribui para a formação de competências específicas. O Pensamento Computacional envolve a capacidade de decompor problemas complexos em partes menores, reconhecer padrões, abstrair informações relevantes e construir algoritmos para resolver desafios.

Já a Cultura Digital amplia a compreensão crítica do estudante sobre o papel das tecnologias na sociedade, abordando questões de segurança, privacidade, ética e cidadania digital. O Mundo Digital trata da compreensão dos sistemas computacionais e das redes de informação, possibilitando que o aluno compreenda

o funcionamento da infraestrutura tecnológica que sustenta a comunicação e a informação global. Por fim, a Inteligência Artificial, como campo emergente, promove reflexões sobre automação, dados e tomada de decisão baseada em algoritmos, incentivando o olhar ético e humano diante dos avanços tecnológicos.

No âmbito do PPP, o CEJA assume o desafio de implementar práticas pedagógicas que tornem o ensino de Computação significativo e contextualizado. Isso inclui o uso de projetos interdisciplinares, em que os alunos possam aplicar os conceitos computacionais para resolver problemas reais da escola e da comunidade. A integração com áreas como Matemática, Ciências da Natureza e Linguagens fortalece o caráter transversal do componente, permitindo que o uso da tecnologia seja uma ferramenta de construção de conhecimento, e não apenas um fim em si mesmo.

Outro aspecto relevante é a formação continuada dos professores, condição essencial para a consolidação do ensino de Computação. O PPP destaca a importância de capacitar o corpo docente para o uso pedagógico das tecnologias e para a compreensão dos princípios do pensamento computacional. Essa formação visa não apenas ao domínio técnico, mas também à reflexão sobre os impactos sociais, culturais e éticos da tecnologia na vida escolar e na sociedade.

Além disso, o documento reforça o compromisso da escola com a inclusão digital e o acesso equitativo às tecnologias, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas condições socioeconômicas, possam participar das experiências de aprendizagem mediadas pela Computação. A escola busca, dessa forma, alinhar-se aos princípios da BNCC, que orienta uma educação democrática, inclusiva e voltada para o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas.

No contexto educacional atual, o Município de Anguera alia suas práticas pedagógicas às diretrizes nacionais que visam promover ambientes escolares mais focados e saudáveis. Recentemente, em consonância com a Lei Federal nº 15.100/2025, sancionada pelo Presidente da República em 13 de janeiro de 2025, foram estabelecidas normas que restringem o uso de aparelhos eletrônicos portáteis, especialmente os telefones celulares, por estudantes durante o período de aulas, bem como durante o recreio e intervalos, sendo permitido apenas para finalidades pedagógicas, sob supervisão docente, ou em situações excepcionais como casos de emergência, acessibilidade ou necessidades de saúde específicas.

Embora a regulamentação específica da rede municipal de Anguera esteja integrada às orientações mais amplas estabelecidas pelo Ministério da Educação e pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia, o compromisso com essa política se reflete nas práticas escolares adotadas no município para assegurar que o ambiente de aprendizagem seja propício, seguro e alinhado às normas vigentes.

Essa norma é importante para a educação Anguerense porque fortalece o ambiente de ensino e aprendizagem, reduzindo as distrações e promovendo maior concentração dos estudantes nas atividades escolares, o que contribui diretamente para a melhoria dos índices de atenção, participação e desempenho acadêmico.

Ao limitar o uso de celulares durante o horário de aula, as escolas incentivam a interação presencial entre os alunos e a mediação pedagógica do professor, favorecendo a construção de relações sociais mais saudáveis e o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais que não se restringem ao uso tecnológico informal.

Além disso, a restrição ao uso pessoal dos celulares está alinhada às práticas de educação digital consciente, incentivando a reflexão crítica sobre o uso da tecnologia como ferramenta de aprendizagem, e não como fonte de distração ou dependência, em consonância com os objetivos da legislação federal e com as orientações pedagógicas orientadas pelo MEC e pelas redes estaduais de educação.

No CEJA foi inaugurado em 2024 um laboratório de informática visando movimentar as diretrizes da educação tecnológica, além de amparar o trabalho do professor, que passa a contar com mais essa metodologia ativa nos seus planejamentos. A sala conta com 10 (dez) computadores para serem usados em todos os componentes curriculares, com o intuito de fortalecer esse vínculo produtivo, e de uso responsável da tecnologia.

A inclusão de “Computação” via complemento curricular indica um avanço institucional na valorização da educação digital dentro da rede municipal. Essa inclusão formal reflete uma percepção da Secretaria de Educação sobre a importância de desenvolver as habilidades relacionadas à tecnologia e ao pensamento computacional nos estudantes.

5.4. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Promover a assistência ao estudante significa muito mais do que oferecer um espaço físico e professores para o desenvolvimento das atividades escolares. Trata-se de garantir condições reais para que o educando tenha acesso, permanência e sucesso no processo de aprendizagem.

Nesse sentido, a assistência estudantil configura-se como uma importante política educacional voltada ao atendimento das necessidades dos estudantes, especialmente daqueles que, por diferentes fatores sociais, econômicos ou geográficos, encontram maiores dificuldades para permanecer na escola. Assim, essa política busca assegurar condições de acessibilidade ao conhecimento, contribuindo para uma educação mais justa, inclusiva e de qualidade, que considere as múltiplas realidades dos educandos e favoreça o seu desenvolvimento integral.

A política de assistência estudantil fundamenta-se em princípios essenciais como a equidade, a inclusão social, a garantia do direito à educação, a permanência escolar, a dignidade humana e a igualdade de oportunidades. Esses princípios orientam ações que visam reduzir as desigualdades educacionais e sociais, criando condições para que todos os estudantes possam participar efetivamente da vida escolar. Entre as estratégias mais comuns de assistência ao estudante destacam-se a oferta de transporte escolar, alimentação escolar, materiais didáticos, acompanhamento pedagógico e psicossocial, entre outras iniciativas que contribuem para que o aluno tenha condições adequadas de aprendizagem.

No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), essas ações tornam-se ainda mais relevantes, pois muitos estudantes conciliam a jornada de estudos com o trabalho, as responsabilidades familiares e, em muitos casos, longos deslocamentos entre suas residências e a escola. Dessa forma, garantir condições que favoreçam a permanência desses educandos no ambiente escolar é um compromisso fundamental das políticas públicas educacionais.

Entre as ações que compõem a assistência estudantil, destaca-se o transporte escolar, um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988, que reconhece a importância desse serviço para facilitar o acesso dos estudantes à educação. Instituído pelo Ministério da Educação por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o transporte escolar constitui-se como uma

política pública essencial para garantir que alunos residentes em áreas mais distantes possam frequentar a escola com segurança e regularidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96 também prevê o direito ao transporte escolar, estabelecendo responsabilidades para os entes federativos. Em seu Artigo 11, determina que os municípios devem assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal, conforme redação incluída pela Lei nº 10.709, de 31 de julho de 2003. Tal dispositivo reforça o compromisso do poder público em assegurar que nenhum estudante seja privado do acesso à educação em razão da distância ou da dificuldade de deslocamento.

No caso do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), o transporte escolar representa um importante mecanismo de inclusão educacional, especialmente para os estudantes oriundos da zona rural. Muitos desses educandos residem em comunidades distantes da sede do município e dependem desse serviço para chegar à escola. Assim, por intermédio do município, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, o transporte escolar tem sido garantido como forma de assegurar o direito à educação e favorecer a permanência dos estudantes no ambiente escolar.

Para organizar e viabilizar esse atendimento, a equipe escolar do CEJA, em colaboração com a Secretaria de Educação, desenvolve estratégias de planejamento e acompanhamento. Entre essas ações destaca-se o mapeamento dos estudantes que residem em localidades mais distantes da escola, identificando informações como localidade de moradia, distância percorrida, número de alunos por comunidade e etapa de ensino frequentada. Esse levantamento permite planejar rotas e organizar o atendimento de forma mais eficiente, garantindo que os estudantes possam chegar à escola em tempo hábil e retornar para suas residências com segurança.

Outra estratégia adotada consiste na realização de reuniões no início do ano letivo com membros da comunidade e motoristas responsáveis pelo transporte escolar, com o objetivo de alinhar informações, discutir necessidades e buscar soluções que garantam um atendimento adequado aos estudantes. Esse diálogo entre escola, comunidade e poder público fortalece a construção de uma rede de colaboração voltada à garantia do direito à educação.

Entretanto, garantir o acesso à escola é apenas o primeiro passo. Tão importante quanto assegurar o ingresso dos estudantes é criar condições para que

eles permaneçam e concluam sua trajetória escolar. Nesse sentido, o CEJA desenvolve ações permanentes de busca ativa, realizando o monitoramento da matrícula e da frequência dos estudantes. Quando identificadas situações de ausência prolongada ou abandono escolar, a equipe gestora busca compreender os motivos que levaram ao afastamento e adota estratégias de aproximação com o estudante.

Essa busca ativa ocorre por meio de visitas às residências dos alunos, contato telefônico, envio de mensagens e diálogo com familiares, especialmente quando os estudantes residem em áreas rurais ou em comunidades mais afastadas da sede do município. O objetivo dessas ações é fortalecer o vínculo entre escola e comunidade, compreender as dificuldades enfrentadas pelos estudantes e buscar soluções que favoreçam seu retorno às atividades escolares.

Esse trabalho é desenvolvido pela equipe gestora do CEJA em parceria com o Projeto Amo Minha Escola, iniciativa composta por profissionais como assistente social, psicóloga e educador físico, que desenvolvem ações voltadas ao bem-estar dos estudantes e à promoção de um ambiente escolar mais acolhedor. Por meio de atividades educativas, formativas e de acompanhamento socioemocional, o projeto contribui para despertar nos alunos o interesse pela escola e o sentimento de pertencimento ao espaço educativo, colaborando assim para a redução dos índices de evasão escolar.

Além disso, a escola busca manter um diálogo constante com a comunidade escolar, promovendo momentos de reflexão sobre temas sociais relevantes, como violência doméstica, vulnerabilidade social, abuso, exploração do trabalho, uso de drogas e outras situações que possam interferir no processo de aprendizagem. Através dessas conversas e ações educativas, torna-se possível identificar possíveis situações de risco e buscar encaminhamentos adequados junto aos órgãos competentes.

O acompanhamento pedagógico e psicopedagógico também constitui uma importante dimensão da assistência ao estudante. Sempre que identificadas necessidades específicas de aprendizagem, a escola procura oferecer suporte pedagógico mais direcionado, buscando estratégias que auxiliem o estudante a superar suas dificuldades. No entanto, ainda existem desafios relacionados ao atendimento de alunos com deficiência ou necessidades educacionais específicas, especialmente no que se refere à disponibilidade de profissionais especializados.

Diante dessa realidade, o CEJA tem buscado apoio junto à rede municipal de ensino, que dispõe de profissionais especializados e de salas de recursos multifuncionais destinadas ao atendimento educacional especializado. Ainda assim, reconhece-se a necessidade de ampliar a oferta desses serviços para garantir um atendimento mais abrangente e qualificado aos estudantes que necessitam desse acompanhamento.

Por fim, compreende-se que a escola, enquanto espaço de formação cidadã, deve estimular a participação ativa dos estudantes nas discussões e decisões que dizem respeito à vida escolar. A gestão do CEJA compromete-se em orientar e apoiar, incentivando a participação dos educandos em processos de diálogo, construção coletiva de propostas e defesa de interesses comuns. Dessa forma, a escola contribui não apenas para a formação acadêmica dos estudantes, mas também para o desenvolvimento de sua consciência cidadã e de sua capacidade de atuação crítica e participativa na sociedade.

5.5. A POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES

A política de formação continuada dos servidores constitui um dos pilares fundamentais para o fortalecimento da qualidade da educação ofertada no Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA). Em uma perspectiva contemporânea de gestão educacional, compreende-se que a formação não deve se restringir apenas aos professores, mas envolver todos os profissionais que compõem o ambiente escolar, pois cada servidor exerce um papel importante na construção de um espaço educativo acolhedor, organizado e comprometido com a aprendizagem dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Assim, a formação continuada passa a ser entendida como um processo permanente de atualização, reflexão e aperfeiçoamento das práticas profissionais, voltado para o desenvolvimento institucional e humano da comunidade escolar.

No caso específico dos docentes da EJA, a formação continuada assume um papel ainda mais relevante, uma vez que essa modalidade de ensino apresenta características próprias e exige metodologias diferenciadas, sensíveis às trajetórias de vida dos estudantes jovens, adultos e idosos. Historicamente, muitos cursos de

formação inicial tanto de licenciatura quanto do antigo magistério não contemplavam de forma aprofundada as especificidades da EJA.

Dessa forma, a formação continuada torna-se um espaço essencial para ampliar conhecimentos, discutir metodologias adequadas e refletir sobre os desafios enfrentados no cotidiano escolar. Conforme destaca Ilma Passos Alencastro Veiga, a formação de professores é um processo contínuo e progressivo que valoriza a experiência docente e a reflexão sobre a prática pedagógica.

Nesse contexto, uma das estratégias importantes para o fortalecimento da formação docente no CEJA ocorre por meio das Atividades Complementares (AC's), momentos institucionais destinados ao planejamento pedagógico, estudo coletivo e reflexão sobre a prática educativa. Durante esses encontros, professores e coordenação pedagógica podem discutir dificuldades de aprendizagem dos estudantes, compartilhar experiências, analisar documentos curriculares e planejar estratégias didáticas mais adequadas à realidade da EJA.

Contudo, é importante ressaltar que a formação continuada não se limita apenas aos momentos das AC's. Ela pode ocorrer também em outros espaços formativos, como cursos, seminários, jornadas pedagógicas, encontros promovidos pela Secretaria Municipal de Educação e programas de qualificação acadêmica, incluindo especializações, mestrados e demais cursos de aperfeiçoamento profissional.

Sob essa perspectiva, educadores como Paulo Freire defendem que o professor precisa assumir uma postura reflexiva diante de sua prática, compreendendo que ensinar é um processo que exige constante aprendizagem. Para Freire, a prática educativa se constrói no movimento permanente de reflexão e ação. Em sintonia com essa ideia, Moacir Gadotti destaca que a formação continuada não deve ser reduzida à simples atualização técnica ou ao aprendizado de novas metodologias, mas deve envolver pesquisa, reflexão crítica, reconstrução de saberes e desenvolvimento profissional permanente.

Além da formação docente, o CEJA também reconhece a importância da formação continuada dos demais servidores da escola, compreendendo que o processo educativo é construído coletivamente por todos que atuam no ambiente escolar. Profissionais como porteiros, merendeiras, motoristas, auxiliares de serviços gerais, equipe administrativa e demais colaboradores desempenham funções fundamentais para o funcionamento da escola e para o acolhimento dos estudantes.

Muitas vezes, esses profissionais são os primeiros a estabelecer contato com os educandos, contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais humano, organizado e receptivo.

Nesse sentido, a Secretaria Municipal de Educação do município de Anguera disponibiliza cartilhas formativas específicas destinadas a esses profissionais. Esses materiais orientam sobre práticas de convivência, atendimento ao público, organização do ambiente escolar, cuidados com alimentação, transporte escolar, segurança e demais aspectos que contribuem para o bom funcionamento da unidade educacional. Dessa forma, a formação continuada desses servidores fortalece o entendimento de que todos os profissionais da escola são agentes educativos e participam, direta ou indiretamente, da formação dos estudantes.

A política de formação continuada no município também encontra respaldo no Plano Municipal de Educação (PME), instituído pela Lei Complementar nº 186, de 22 de junho de 2015, que estabelece metas e estratégias voltadas à valorização e qualificação dos profissionais da educação. Entre essas metas, destacam-se aquelas relacionadas ao incentivo à formação em nível de pós-graduação e à criação de políticas permanentes de formação continuada para os profissionais da rede municipal de ensino. Essas ações buscam fortalecer o desenvolvimento profissional dos educadores e aprimorar as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas do município.

Além disso, o Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) também reforça a importância da formação continuada como elemento fundamental para a implementação de práticas educativas alinhadas às realidades sociais, culturais e educacionais dos estudantes. No contexto da EJA, essa formação assume um papel ainda mais estratégico, pois contribui para que os professores desenvolvam metodologias contextualizadas, capazes de dialogar com as experiências de vida dos educandos e promover aprendizagens significativas.

Dessa maneira, a política de formação continuada adotada pelo CEJA compreende a educação como um processo coletivo e permanente de aprendizagem, envolvendo professores, equipe gestora e todos os demais servidores da escola. Ao investir na formação de seus profissionais, a instituição fortalece a qualidade do ensino ofertado, promove um ambiente escolar mais colaborativo e reafirma o compromisso com uma educação pública inclusiva, democrática e voltada para a transformação social.

5.6. A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO ESCOLA/ FAMÍLIA E ESCOLA/ COMUNIDADE

Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), a relação entre escola, família e comunidade constitui um dos pilares para o fortalecimento do processo educativo. Diferentemente de outras etapas da educação básica, os estudantes da EJA são, em sua maioria, jovens, adultos e idosos que respondem por si mesmos, possuindo autonomia sobre suas decisões e trajetórias escolares. Entretanto, essa autonomia não significa isolamento. Pelo contrário, muitos desses estudantes trazem consigo suas histórias familiares, suas redes de convivência e seus vínculos comunitários, criando pontes importantes entre a escola e o território em que vivem. Nesse sentido, a escola passa a ser um espaço de encontro entre diferentes experiências de vida, onde o diálogo e a participação coletiva contribuem para o fortalecimento das aprendizagens e da convivência social.

A comunicação entre escola, família e comunidade torna-se, portanto, um elemento fundamental para a construção de uma educação significativa na EJA. Embora os estudantes adultos assumam diretamente sua participação no processo educativo, é comum que tragam para o ambiente escolar seus familiares, filhos, companheiros ou pessoas da comunidade, ampliando o alcance social das ações desenvolvidas pela escola. Dessa forma, o CEJA busca promover uma política de comunicação ativa e participativa, estimulando o diálogo constante com os estudantes e com a comunidade local, reconhecendo que a educação não se limita aos muros da escola, mas se constrói nas relações sociais estabelecidas no cotidiano.

Entretanto, é importante reconhecer que muitos estudantes da EJA vivenciam contextos sociais marcados por desafios significativos, como dificuldades econômicas, trajetórias escolares interrompidas, responsabilidades familiares precoces e situações de vulnerabilidade social. Essas realidades influenciam diretamente no processo de aprendizagem e no desenvolvimento educacional. Maldonado (1997) destaca que a ausência de vínculos afetivos e de relações de apoio pode refletir em comportamentos desorganizados e dificuldades no ambiente escolar. Assim, compreender o contexto social e familiar dos estudantes torna-se

uma condição essencial para que a escola desenvolva práticas pedagógicas mais sensíveis, acolhedoras e contextualizadas.

Nesse cenário, a escola assume também um papel humanizador, tornando-se muitas vezes um espaço de acolhimento, escuta e valorização das trajetórias de vida dos educandos. Inspirada nos princípios defendidos por Paulo Freire, a educação voltada para jovens e adultos reconhece que o processo educativo envolve relações humanas, diálogo e respeito às experiências individuais. Freire (1996) ressalta que, ao trabalhar com pessoas, o educador não pode ignorar as inquietações, os sofrimentos e as histórias de vida dos estudantes, pois esses elementos fazem parte da construção do conhecimento e da formação humana.

Dessa forma, o ambiente escolar na EJA deve se constituir como um espaço de afeto, respeito e pertencimento, onde os estudantes se sintam acolhidos e valorizados em suas trajetórias. Em muitas situações, a escola representa um lugar de reconstrução de projetos de vida, especialmente para aqueles que tiveram seu percurso educacional interrompido. Por isso, fortalecer a relação entre escola e comunidade torna-se essencial para garantir que a educação cumpra seu papel social de promover inclusão, dignidade e desenvolvimento humano.

No Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), todos os profissionais da escola docentes, equipe gestora e funcionários atuam como interlocutores nesse processo de comunicação e formação. As interações entre escola, estudantes e comunidade acontecem por meio de diferentes estratégias, como reuniões, projetos pedagógicos, atividades culturais, encontros formativos e também pelo uso de ferramentas de comunicação digital, como aplicativos de mensagens e redes sociais. Essas ações fortalecem o vínculo entre escola e comunidade, ampliando a participação social e promovendo maior visibilidade às atividades desenvolvidas na instituição.

Além disso, a participação da comunidade na vida escolar está diretamente relacionada aos princípios da gestão democrática da educação, prevista na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). A Constituição estabelece que a educação é um direito de todos e um dever compartilhado entre Estado, família e sociedade, devendo ser promovida com a colaboração de todos para garantir o pleno desenvolvimento da pessoa, sua formação cidadã e sua qualificação para o trabalho.

Nessa perspectiva, o envolvimento da comunidade no cotidiano escolar contribui para fortalecer o caráter democrático da escola, permitindo que diferentes vozes participem das decisões e das ações educativas. Para os estudantes da EJA, essa participação ganha um significado ainda mais amplo, pois muitos deles atuam simultaneamente como trabalhadores, pais, mães, líderes comunitários ou agentes sociais, trazendo para o espaço escolar uma diversidade de experiências e conhecimentos construídos ao longo da vida.

Libâneo (2012) destaca que o desempenho escolar dos estudantes é influenciado tanto por fatores internos à escola quanto pelo contexto social em que estão inseridos. Por isso, compreender a realidade social dos educandos e estabelecer relações de cooperação com a comunidade torna-se fundamental para o sucesso das práticas educativas. Quando escola, família e comunidade caminham juntas, cria-se um ambiente mais favorável ao desenvolvimento das aprendizagens e à formação cidadã.

Assim, na Educação de Jovens e Adultos, fortalecer a relação entre escola, família e comunidade significa reconhecer que o processo educativo é coletivo, dinâmico e profundamente humano. Ao promover o diálogo, a participação e a valorização das experiências de vida dos estudantes, o CEJA contribui para a construção de uma educação mais democrática, inclusiva e transformadora, capaz de ampliar oportunidades e fortalecer o protagonismo dos jovens, adultos e idosos que retornam à escola em busca de novos caminhos para suas vidas.

5.7. POLÍTICA DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A Educação Étnico-Racial, conforme estabelecido nas legislações e diretrizes educacionais brasileiras, é uma prática pedagógica fundamental para a promoção da equidade, da justiça social e da valorização da diversidade cultural no ambiente escolar. Ela visa enfrentar o racismo estrutural por meio de ações educativas que reconheçam, respeitem e integrem os saberes, identidades e culturas dos povos negros, indígenas e de outras etnias historicamente marginalizadas no Brasil.

A Educação Étnico-Racial é respaldada por um conjunto de legislações e normativas que determinam sua obrigatoriedade e importância no sistema educacional brasileiro:

Constituição Federal de 1988 - estabelece a igualdade de todos perante a lei (Art. 5º) e garante o direito à educação como forma de promoção da cidadania (Art. 205). Também assegura a valorização da diversidade cultural como princípio da educação (Art. 206, inciso III).

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) Modificada pela Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatória a inclusão da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo oficial. Posteriormente ampliada pela **Lei nº 11.645/2008**, que incluiu também a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura dos Povos Indígenas.

Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) - em seu Capítulo III, estabelece como direito da população negra a educação que promova a valorização da identidade étnico-racial e da cultura afro-brasileira.

Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) - a Meta 8 e a Meta 20 do PNE destacam a necessidade de superação das desigualdades educacionais e o fortalecimento da educação que respeite e valorize a diversidade étnico-racial.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana - (Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004) Estabelecem parâmetros para que as escolas brasileiras incluam de forma transversal o ensino da temática étnico-racial, promovendo práticas pedagógicas antidiscriminatória.

A BNCC, homologada em 2017 para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, e em 2018 para o Ensino Médio, reconhece a diversidade como um dos princípios orientadores da educação brasileira.

Em seus preceitos gerais, a BNCC afirma o compromisso com:

A valorização da diversidade étnico-racial, cultural, regional e linguística do Brasil;

A promoção de uma educação inclusiva, equitativa e antirracista;

A formação integral do estudante, com foco no respeito aos direitos humanos e à convivência com o outro.

A BNCC articula a temática étnico-racial em diferentes componentes curriculares, como:

História: aborda a participação de negros e indígenas na formação da sociedade brasileira, destacando os processos de resistência e valorização das culturas africanas e ameríndias.

Geografia: discute o território, os povos tradicionais e as relações sociais marcadas por desigualdades.

Artes e Literatura: valoriza manifestações culturais afro-brasileiras e indígenas.

Ensino Religioso e Ciências Humanas: reforça o respeito às diferentes formas de expressão cultural e religiosa.

Além disso, a BNCC estabelece competências gerais que reforçam o papel da escola na formação de cidadãos conscientes, como:

Competência 1: Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social e cultural;

Competência 5: Compreender, respeitar e promover os direitos humanos e a convivência com a diversidade;

Competência 9: Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação.

A educação das relações étnico-raciais deve perpassar todo o projeto pedagógico da escola. Não deve se limitar a datas comemorativas ou atividades pontuais. Conforme Gomes (2012), trata-se de um compromisso político e pedagógico com a construção de uma sociedade antirracista, plural e democrática.

Munanga (2005) destaca que o preconceito racial é aprendido e reproduzido socialmente, e a escola, ao silenciar ou invisibilizar as culturas afro-brasileiras e indígenas, contribui para sua perpetuação. Por isso, o ambiente escolar deve promover: a formação crítica dos professores sobre racismo e diversidade, o uso de materiais didáticos que reflitam a pluralidade cultural, a valorização das identidades dos estudantes negros, indígenas e de outras etnias e o envolvimento da comunidade escolar em ações afirmativas.

A Educação Étnico-Racial trabalhada na nossa escola pode promover a valorização das identidades afro-brasileiras, africanas e indígenas, combater práticas racistas e preconceituosas no ambiente escolar; fortalecer o currículo com conteúdo étnico-raciais de forma transversal e garantir formação continuada dos professores sobre diversidade racial.

5.8. POLÍTICA DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

A educação antirracista é uma prática pedagógica que busca combater as desigualdades raciais e promover a equidade, valorizando as identidades étnico-raciais e desconstruindo estereótipos enraizados no cotidiano escolar. Ela vai além do reconhecimento da diversidade, propondo ações concretas de enfrentamento ao racismo estrutural presente na sociedade brasileira.

A construção de uma educação comprometida com a igualdade racial tem respaldo em diversas legislações e normativas brasileiras e internacionais:

Constituição Federal de 1988: em seu artigo 5º, estabelece a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. O artigo 206 garante a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996: modificada pela **Lei nº 10.639/2003**, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar, sobretudo nas áreas de Educação Artística, Literatura e História.

Lei nº 11.645/2008: amplia a obrigatoriedade do ensino para incluir também a História e Cultura dos povos indígenas, reforçando a pluralidade étnica do Brasil.

Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010): assegura à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades e o combate à discriminação, sendo a educação um de seus eixos principais.

Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005/2014: estabelece, entre suas metas, a promoção da igualdade racial e superação das desigualdades educacionais, especialmente no que diz respeito ao acesso e à permanência da população negra e indígena.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004): orientam as instituições escolares quanto à implementação de práticas pedagógicas que contemplem a valorização da história e cultura afro-brasileira.

Segundo Gomes (2012), a educação antirracista deve promover uma formação crítica que permita aos estudantes reconhecerem as formas de discriminação racial e desenvolverem uma consciência social transformadora. Ela deve estar presente em todos os níveis de ensino, perpassando os conteúdos

escolares, as relações interpessoais, a formação docente e o ambiente institucional. A escola, como espaço de formação de sujeitos, deve ser responsável por um currículo que contemple a diversidade e confronte os mecanismos de exclusão.

6. INTERAÇÃO ENTRE O PPP E REGIMENTO ESCOLAR UNIFICADO

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o Regimento Escolar Unificado são documentos que, embora tenham naturezas distintas, se complementam e se fortalecem mutuamente na construção de uma prática educativa significativa, especialmente na Educação de Jovens e Adultos (EJA). O PPP expressa a identidade da escola: revela seus valores, princípios e intenções pedagógicas. É nele que a comunidade escolar define o tipo de educação que deseja oferecer e o cidadão que pretende formar. Já o Regimento Escolar é o instrumento normativo que garante a organização, o funcionamento e os direitos e deveres de todos os envolvidos no processo educativo.

Na EJA, essa interação ganha um sentido ainda mais profundo, pois se trata de um espaço que acolhe trajetórias de vida marcadas por interrupções, desafios e conquistas. O PPP deve reconhecer e valorizar as experiências e saberes desses estudantes, propondo uma educação flexível, inclusiva e transformadora. Para que isso se concretize no cotidiano, o Regimento Escolar precisa assegurar, por meio de suas normas, condições reais para a permanência e o sucesso desses alunos, tais como, horários adaptados, formas diferenciadas de avaliação e respeito às especificidades da vida adulta e do trabalho.

Quando o PPP e o Regimento caminham juntos, a escola se torna um espaço de pertencimento e de esperança. O PPP aponta o rumo, inspirando a ação pedagógica com base em princípios democráticos e humanos; o Regimento, por sua vez, sustenta esse caminho, garantindo que as intenções pedagógicas se realizem de forma justa, organizada e coerente com a legislação.

Assim, a interação entre esses dois documentos não é apenas técnica, mas profundamente humanizadora: traduz o compromisso da escola em oferecer, na EJA, uma educação que respeita as histórias de cada aluno e acredita na possibilidade de aprender em qualquer tempo da vida.

Artigos do Regimento Escolar Unificado que norteiam o trabalho do CEJA.

Art.43 – parágrafo IV - Promover e intensificar a motivação e orientação permanente dos estudantes, visando a maior participação nas aulas e seu melhor aproveitamento e desempenho

Art. 52 - parágrafo I - A dignidade humana e a observância do direito de cada estudante autonomia e independência; a dignidade humana e o incentivo do direito de cada estudante acessar o conhecimento, desenvolver a autonomia para projetar o seu plano de estudo, adquirindo independência para a construção do seu projeto de vida.

Art. 68 – parágrafo I - Administrar e executar o Calendário Escolar estabelecido no âmbito da Rede Municipal de Ensino, fazendo cumprir os dias letivos e as horas de aula estabelecidas na legislação vigente.

6.1 DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO

Mais do que somente uma exigência burocrática, o documento é a principal ferramenta de planejamento e avaliação de uma escola. Ao colocar o PPP em prática, a gestão consegue nortear as ações e projetos para os próximos anos, gerando mudanças na comunidade escolar como um todo. O PPP detém muitas informações relevantes, configurando-se numa ferramenta de avaliação e planejamento para todos os gestores e membros da equipe pedagógica de uma escola. Por isso, ele deve ser consultado a cada tomada de decisão. Essa importância também exige que ele não esteja desatualizado ou inacabado.

Mesmo com o desafio de compartilhar as responsabilidades e envolver toda a comunidade nesse trabalho, o esforço é compensador! Com um PPP bem estruturado, a escola ganha parceiros, colaboradores, uma identidade e todos podem tomar decisões com clareza e segurança em prol da aprendizagem. Assim, diante da especificidade do projeto da escola, a concepção de um projeto pedagógico deve apresentar as seguintes características propostas por Veiga (2001):

- ✓ Ser processo participativo e ter como ponto de partida a realidade, tendo como suporte a explicitação das causas dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem;
- ✓ Preocupar-se em implantar a forma de organização de trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições;
- ✓ Estabelecer, de forma clara, princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade e no estímulo à participação de todos os segmentos;
- ✓ Propor ações e conter opções explícitas na direção de superar problemas no decorrer do trabalho educativo;

✓ Ser exequível e prever as condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação;

✓ Ser construído continuamente.

Em um projeto, planejamos para alcançar objetivos que ainda não foram conquistados pela escola e para garantir que as ações que a escola tem adotado com bons resultados continuem e sejam oficializadas, no PPP, como prática pedagógica da escola.

7. O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE AVALIAÇÃO DO PPP

A avaliação e o acompanhamento do **Projeto Político-Pedagógico (PPP)** constituem etapas fundamentais para garantir que as ações planejadas pela escola estejam efetivamente contribuindo para o desenvolvimento educacional dos estudantes. No caso do CEJA, instituição que atende exclusivamente à Educação de Jovens e Adultos (EJA), esse processo exige um olhar ainda mais criterioso e sensível às especificidades desse público.

Os educandos da EJA carregam trajetórias escolares diversas, muitas vezes marcadas por interrupções, dificuldades de permanência na escola e desafios sociais e econômicos que impactam diretamente o processo de aprendizagem. Dessa forma, avaliar o PPP significa analisar continuamente se as ações pedagógicas e institucionais estão respondendo, de maneira efetiva, às necessidades reais desses sujeitos.

Nesse sentido, o acompanhamento sistemático do PPP permite observar se as metas estabelecidas pela escola estão sendo alcançadas, se o planejamento elaborado permanece adequado ao contexto institucional e se as estratégias desenvolvidas têm contribuído para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

A avaliação do documento não deve ser entendida como um momento isolado ou meramente burocrático, mas como um processo contínuo de reflexão coletiva sobre a prática educativa. É por meio desse exercício de análise que se torna possível identificar quais objetivos já foram atingidos, quais metas ainda precisam ser fortalecidas e quais ações necessitam de redirecionamento para que a escola continue avançando em sua missão formativa.

No contexto da EJA, esse processo avaliativo ganha ainda mais relevância, pois a escola precisa constantemente ajustar suas práticas pedagógicas às realidades de jovens, adultos e, muitas vezes, idosos que retornam à escola em busca de novas oportunidades de aprendizagem e de inserção social. Assim, a avaliação do PPP deve considerar não apenas indicadores pedagógicos tradicionais, mas também aspectos relacionados à permanência, à motivação e à participação dos estudantes, fatores essenciais para o sucesso da modalidade.

Para que esse processo ocorra de forma efetiva, torna-se fundamental que, desde o momento de elaboração do PPP, sejam definidos mecanismos e estratégias de acompanhamento e avaliação, possibilitando que toda a comunidade escolar participe desse movimento reflexivo. A participação dos diversos segmentos da escola – equipe gestora, professores, funcionários, estudantes e comunidade – fortalece o caráter democrático do documento e contribui para que as decisões tomadas estejam alinhadas às demandas reais do contexto escolar.

Entre as estratégias adotadas para a avaliação do PPP do CEJA, destacam-se algumas ações que possibilitam organizar e sistematizar esse processo. Inicialmente, é realizada a elaboração de instrumentos de coleta de dados, que podem incluir questionários, registros pedagógicos, relatórios e momentos de escuta coletiva.

Em seguida, ocorre a coleta, organização, tabulação e análise dessas informações, permitindo compreender de maneira mais ampla os resultados alcançados pela escola. Posteriormente, os dados analisados são socializados com a comunidade escolar, promovendo transparência e estimulando a participação de todos na construção de soluções para os desafios identificados. Por fim, quando necessário, são planejadas ações de reestruturação e intervenção, com o objetivo de aperfeiçoar as práticas pedagógicas e institucionais.

O ato de avaliar, no contexto escolar, assume um papel formativo e transformador, pois envolve todos os segmentos da escola em um processo coletivo de reflexão sobre a prática educativa. Ao analisar resultados e discutir caminhos possíveis, a equipe escolar amplia sua compreensão sobre o funcionamento da instituição e fortalece as estratégias voltadas para o avanço das aprendizagens dos estudantes.

Nesse processo, alguns questionamentos tornam-se essenciais para orientar a análise crítica do documento e das ações desenvolvidas pela escola. Entre eles, destacam-se reflexões como: se os acontecimentos recentes relacionados ao contexto social dos estudantes e da escola indicam a necessidade de atualização do diagnóstico presente no PPP; se mudanças ocorridas no ambiente escolar – como alterações nas relações entre os sujeitos, no número de estudantes por turma ou em aspectos estruturais da escola – exigem adaptações no documento; e se as práticas pedagógicas adotadas têm sido acompanhadas por momentos de reflexão teórico-prática entre os profissionais da educação.

Também é importante analisar se o PPP tem se mantido alinhado às orientações dos documentos oficiais que regem a educação, tais como diretrizes curriculares, propostas pedagógicas da rede de ensino, regimento escolar e demais normativas educacionais. Além disso, a escola precisa refletir se o documento continua refletindo as necessidades reais da comunidade escolar e se as ações previstas têm sido suficientes para garantir o alcance dos objetivos de aprendizagem propostos.

Outro aspecto relevante diz respeito à participação da equipe escolar na execução das ações planejadas. A avaliação do PPP deve verificar se os diferentes segmentos da escola foram efetivamente envolvidos na implementação das propostas, se as ações planejadas foram executadas conforme previsto e se houve entraves que dificultaram o alcance das metas estabelecidas. Da mesma forma, é necessário observar se novas demandas surgiram ao longo do tempo, exigindo adaptações no planejamento institucional.

Dessa forma, avaliar o PPP significa perguntar continuamente se o documento tem sido vivenciado de maneira concreta no cotidiano escolar ou se permanece apenas como um registro formal. No contexto da Educação de Jovens e Adultos, essa reflexão torna-se ainda mais significativa, pois a escola precisa garantir que suas práticas pedagógicas estejam verdadeiramente comprometidas com a inclusão, a permanência e o sucesso educacional dos estudantes.

Assim, no CEJA, o processo de acompanhamento e avaliação do Projeto Político-Pedagógico configura-se como um exercício permanente de análise, diálogo e reconstrução coletiva. Trata-se de um movimento que busca fortalecer a identidade da escola, aprimorar suas práticas educativas e assegurar que a instituição continue cumprindo sua função social de oferecer uma educação significativa, humanizadora e transformadora para os sujeitos da EJA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico do Centro de Educação de Jovens e Adultos representa mais do que um documento é a expressão viva do compromisso coletivo com uma educação que acolhe, respeita e transforma vidas. Ele nasce da escuta atenta às trajetórias de estudantes que retornam à escola em busca não apenas de certificação, mas de reconhecimento, pertencimento e novas oportunidades.

Ao longo da construção deste PPP, reafirmamos a convicção de que a EJA é um espaço de reconstrução de sonhos e de fortalecimento da cidadania. É na valorização das experiências de vida, no diálogo entre saberes e na prática pedagógica inclusiva e significativa que se concretiza a missão de uma escola verdadeiramente democrática e humanizadora.

O PPP, enquanto instrumento orientador deve permanecer em constante construção. Assim como nossos educandos estão em permanente processo de aprendizagem, também a escola se transforma e se renova a cada desafio e a cada conquista. O trabalho coletivo, o compromisso ético e o olhar sensível de todos os profissionais da instituição são o que dará vida e sentido a este projeto.

Concluimos este documento reafirmando a esperança em uma educação que liberta, que amplia horizontes e que reconhece em cada jovem e adulto, o potencial de ser protagonista de sua própria história.

O Centro de Educação de Jovens e Adultos segue comprometido com uma prática pedagógica que une afeto e conhecimento, rigor e acolhimento, sonho e ação, pois acreditamos que educar é, antes de tudo, acreditar nas pessoas e em sua capacidade de transformar o mundo.

REFERÊNCIAS

BUSS, Rosinete Bloemer Pickler. **Gestão Escolar**: cadernos de estudos. Indaial: Ed. ASSELVI, 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em: 13 agos. 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4/11/2010 **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

CALDART, Roseli Salete.; MOLINA, Mônica Castagma. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2024. pp. 133-145.

CAVALCANTE, E. S. M.; CARDOSO, M. A. **Reflexões sobre a metodologia utilizada na Educação de Jovens e Adultos: entre o real e o ideal**. Rev. Lugares de Educação, v. 6, nº12, p. 158-181, 2016.

CARVALHO, Anna M. Pessoa & GIL-PÉREZ, Daniel. **Formação de professores de Ciências**. São Paulo: Cortez, 1993.

CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CEB n.11/2000 – Homologado. Aprovado em 10 de maio de 2000. **Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em: 13 ago. de 2025.

CORTELLA, Mário Sergio. **Educação, Escola e Docência: novos tempos, novas atitudes**. São Paulo: Cortez, 2014.

DI PIERRO, Maria Clara. **Um balanço recente da educação de jovens e adultos no Brasil**. In *Alfabetização e cidadania: revista de educação de jovens e adultos*. Nº 17. Maio de 2004.

DOCUMENTO CURRICULAR REFERENCIAL MUNICIPAL (DCRM) de Anguera para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Secretaria de Educação do Município de Anguera - Bahia, 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC/Secretaria de Educação Básica. (Brasília, 2016, p. 82).

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. 3. ed. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental: Brasília, 2001.

SALTO PARA O FUTURO: **Construindo a Escola Cidadã. Projeto Político-Pedagógico**. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, SEED, 1998.